



**Governo do  
Estado do Ceará**  
*Secretaria das Cidades*

**ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES –  
CONCIDADES E SEMINÁRIO DE MOBILIZAÇÃO PARA A 5ª CONFERÊNCIA  
NACIONAL DAS CIDADES, NO ESTADO DO CEARÁ**

1 LOCAL, DATA E HORA: Auditório da Escola de Gestão / Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do  
2 Ceará, no Cambéba, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará. Ao décimo segundo dia do mês de abril, do ano de  
3 dois mil e treze, às 09h00min, com a presença da maioria simples dos membros efetivos do Conselho Estadual das  
4 Cidades, sob a presidência do Secretário Adjunto Mário Fracalossi Júnior. **ORDEM DO DIA: I) Abertura e**  
5 **Informes; II) Discutir sobre as atividades do ConCidades, no ano de 2013; III) Apresentar balanço geral de como o**  
6 **Estado do Ceará está se preparando para a realização da Conferência Estadual das Cidades.**

7 **SR. FRANCISCO CHAGAS LOPES DA SILVA (Secretário Executivo do ConCidades):** Bom dia, a todos e a  
8 todas. Eu sou Francisco Lopes, Secretário Executivo do Conselho Estadual das Cidades. Neste evento de hoje, que  
9 contempla a **12ª reunião do Conselho Estadual das Cidades e o Seminário de Mobilização para a 5ª**  
10 **Conferência Nacional das Cidades, no Estado do Ceará,** e para o qual foram convidados todos os conselheiros e  
11 também os coordenadores de alguns municípios, contamos com a participação especial da **SRA. BARTIRIA**  
12 **PERPÉTUA LIMA DA COSTA,** membro do Conselho Nacional das Cidades e da Coordenação Executiva da 5ª  
13 Conferência Nacional das Cidades, e do **SR. LEONARDO PALMEIRA,** representante do Ministério das Cidades,  
14 os quais, no âmbito do Seminário, irão tirar dúvidas, especificamente, em relação ao processo de realização das  
15 Conferências Municipais e Conferência Estadual, com vistas à Conferência Nacional que será realizada em Brasília-DF,  
16 no próximo mês de Novembro. Em seguida, apresentaremos um balanço do que foi feito até o momento,  
17 relativamente às conferências municipais já realizadas, e em relação ao apoio que estamos dando para aquelas em via  
18 de realização. Antes, contudo, vou passar a palavra para o Secretário Fracalossi. **SR. MÁRIO FRACALOSSO**  
19 **JÚNIOR (Secretário Adjunto da Secretaria das Cidades):** Bom dia, a todos! Muito obrigado pela presença,  
20 obrigado Leonardo, Bartiria por terem vindo aqui. Vou apenas registrar, rapidamente, que avançamos um pouquinho  
21 no horário para iniciar, mas também destacar a importância do dia de hoje, pelo retrospecto que vamos apresentar do  
22 que foi feito neste final do mês de fevereiro e metade do mês de março, quando a Secretaria das Cidades, junto com  
23 alguns conselheiros do ConCidades, estiveram reunidos com representantes da sociedade civil, poder público  
24 municipal dos vários municípios do interior do Estado, por meio deste seminários regionais que realizamos, cujo  
25 propósito foi levar informações aos municípios, para que, de fato, consigamos o maior número possível de adesões  
26 dos municípios para a realização das conferências municipais. O propósito é esse, fortalecer a realização das  
27 conferências municipais, para que a gente consigamos realizar uma conferência estadual com o maior número possível  
28 de representações dos municípios, e tenhamos, de fato, propostas consistentes, que sejam levadas de forma que  
29 representem os interesses dos municípios e dos munícipes, para a conferência nacional. Em seguida passarei a palavra  
30 ao Francisco Lopes (Kico), para fazer a apresentação, como falou, desse retrospecto, os números inclusive, a adesão  
31 até agora dos municípios que já publicaram os decretos de convocação das conferências. Antes, contudo, vou fazer um  
32 breve resumo do que fizemos nesses seminários, onde procuramos mostrar, antes de esclarecer sobre o passo a passo,  
33 como vão ser realizadas as conferências municipais, qual é o calendário, as datas limite para a realização e tudo mais.  
34 Procuramos mostrar também o retrato de como está, hoje, o Estado do Ceará, em relação à Região Nordeste, e  
35 tomando também como parâmetro os níveis do Brasil. E o que vemos, hoje, e isso é muito importante, que o Estado  
36 do Ceará tem crescido muito, tem crescido acima da média nacional, tem crescido mais do que a maioria dos estados  
37 do Nordeste, mas quando analisamos os números, e neste particular, nesses seminários, nós contamos com a  
38 participação do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, vinculado à Secretaria de  
39 Planejamento e Gestão, aquele órgão apresenta um estudo que fizeram, de compilação das informações, que nos  
40 mostra ainda persistir uma grande concentração de renda, além de outro problema que ainda não é crônico, o fato de  
41 haver uma melhoria, movimentando-se na direção certa, contudo, ainda de forma muito lenta acontece essa  
42 desconcentração do desenvolvimento econômico no Estado. Portanto, por mais que o Estado tenha feito  
43 intervenções e ações de apoio aos municípios, com o processo de interiorização do desenvolvimento na área de saúde,  
44 com a implantação, agora recentemente, dos hospitais regionais na Região do Cariri, na Região Norte, em Sobral, que  
45 está sendo iniciado agora o Hospital Regional do Sertão Central em Quixeramobim, e vai ser construído agora um  
46 Hospital Regional na Região Metropolitana. Foram construídas quase vinte policlínicas também de especialidades  
47 médicas, construídos centros de especialidades odontológicas em todas as regiões, estruturando os municípios através  
48 de consórcios, para fazer a gestão consorciada desses equipamentos. Está sendo feito um trabalho muito forte, muito



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

49 próximo também nos municípios, com a elaboração dos planos de resíduos sólidos, e a gente tem a parceria da  
50 Secretaria das Cidades com o CONPAM – Conselho de Políticas e Gestão de Meio Ambiente, que vai realizar o plano  
51 estadual, e nós já estamos elaborando os projetos executivos de todos os aterros consorciados que foram definidos e  
52 apoiados pelo Estado. Eu não sei se vocês sabem, mas o Estado apoiou os municípios para a criação dos consórcios  
53 municipais de projeção integrado de resíduos sólidos, são trinta consórcios. A gente está iniciando já neste ano, a  
54 construção do primeiro aterro consorciado do Estado, que é o aterro da Região do Cariri, que vai ser em Caririáçu. E  
55 as ações também de apoio aos municípios, com a elaboração dos planos municipais de saneamento. Quer dizer, essas  
56 ações a rigor, boa parte delas são de iniciativa e responsabilidade dos municípios, mas o Estado tem feito este  
57 processo de parceria com os municípios para avançar nessa desconcentração. Agora, os municípios, e é isso que o  
58 Conselho das Cidades tem buscado fazer, a Secretaria das Cidades e todos os órgãos do Governo do Estado tem feito,  
59 é tentar trazer os municípios para que eles também tomem iniciativas, melhorem a gestão municipal, melhorem a base  
60 de arrecadação de tributos municipais para poderem ter capacidade de investimento. Nesses seminários, foi exibido o  
61 retrato, o perfil dos municípios, e o que a gente vê é que o Estado, em termos relativos, é o que mais investe em todo  
62 o Brasil. O Estado está investindo cerca de 30% da receita corrente líquida. Em termos proporcionais, é o Estado que  
63 mais investe no Brasil. Em termos absolutos, ele só perde para São Paulo e Rio de Janeiro, evidentemente não tinha  
64 como comparar, porque é mais de dez vezes a nossa receita. Então, não tinha como se aproximar, mas em termos  
65 absolutos nós estamos muito próximos. Portanto, nós não estamos exigindo que os municípios faça investimentos  
66 dessa magnitude, de 30% da sua receita, mas que se aproximassem mais ou menos disso. O que a gente não pode  
67 admitir, hoje, é que os municípios estejam investindo 1% da receita. Isso é inadmissível, mas está acontecendo. Então,  
68 é por conta disso, também, que a gente verifica ainda essa concentração tão grande nos grandes municípios do Estado.  
69 A proposta de desenvolvimento regional no Estado é essa mesma, de concentrar o desenvolvimento em municípios  
70 polo. Não é para concentrar o desenvolvimento na Região Metropolitana de Fortaleza. A política de desenvolvimento  
71 do Estado é para concentrar o desenvolvimento nos municípios polo e aí induzindo o desenvolvimento a agregar  
72 outros municípios. Nós temos na Secretaria das Cidades dois projetos com financiamento do Banco Mundial e do  
73 BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, que têm esse propósito, financiar o desenvolvimento em ações  
74 estruturantes em municípios polo na Região do Cariri, na Região do Jaguaribe e na Região de Sobral. Portanto,  
75 apoiando os investimentos estruturantes, principalmente nos municípios polo, como Juazeiro, Barbalha e Crato. Na  
76 Região do Jaguaribe, Morada Nova; Limoeiro e Russas. Na Região de Sobral, Sobral e os municípios no entorno. Essa  
77 é a proposta. Agora, os municípios têm que entender também que isso é uma linha de trabalho e que o Estado não  
78 pode fazer sozinho, porque como sabemos, as coisas acontecem dentro do município. O município tem uma parcela  
79 de responsabilidade muito grande e é essa consciência que queremos levar e enfatizar. Nesses seminários que fizemos  
80 com os municípios, tentamos colocar isso de forma muito clara, para que, nas conferências municipais, as pessoas  
81 percebessem essas fragilidades que ainda hoje existem e coloquem isso como propostas efetivas nas conferências, para  
82 que sejam consolidadas na nossa conferência estadual, para que sejam levadas, de forma também mais agregada, para a  
83 conferência nacional. Colocamos, ainda, um ponto interessante para os municípios. O Estado tem uma quantidade  
84 muito grande de pequenos municípios, portanto, esses municípios muito pequenos vão ter a quantidade de delegados  
85 também muito restrita. Então, o que sugerimos, também, é que os municípios, após realizarem suas conferências  
86 municipais, fizessem também, de forma informal, mas politicamente muito interessante, uma consolidação regional  
87 das propostas que surgissem nas conferências municipais. Por quê? Porque o que a gente tem visto nas outras  
88 conferências é que saem muitas propostas semelhantes. E se os municípios entenderem que as propostas semelhantes  
89 podem ser votadas em bloco, por eles, na conferência estadual, eles terão uma chance muito maior de terem suas  
90 ideias validadas na conferência estadual e, assim, levadas à frente, para a etapa nacional. Então, foi essa também a  
91 proposta, porque não há previsão de realizar conferências regionais. Tem conferências municipais e estaduais, mas eles  
92 podem fazer como se faz hoje na política brasileira, no Congresso, em todos os parlamentos, eles só se reúnem por  
93 partido ou por ideologia. Então, da mesma forma que se faz na vida política, o que a gente propôs é que as regiões se  
94 reunissem para consolidar as propostas que fossem de interesse comum, para eles votarem em bloco na conferência  
95 estadual, porque se não, vão ser suplantadas, poderão deixar de ser votadas, porque o município de Fortaleza e os  
96 municípios grandes da Região Metropolitana vêm com suas propostas, com uma quantidade de delegados muito maior.  
97 Foi mais ou menos com esse espírito que fizemos os seminários. Agora o Francisco Lopes irá fazer a apresentação  
98 para vocês perceberem quais foram os números gerados pelos seminários realizados. Muito obrigado! **SR.**  
99 **FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DA SILVA (Secretário Executivo do ConCidades):** Só para também  
100 orientar vocês, depois que eu fizer esta apresentação, eu vou passar a palavra ao pessoal que está aqui, para fazer uma  
101 apresentação do que eles trouxeram para tirar as dúvidas de vocês dentro dessas questões da conferência, da



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

102 organização, da validação, dúvidas que vocês tiverem, principalmente os municípios que ainda não realizaram suas  
103 conferências, cujos coordenadores das respectivas Comissões Preparatórias Municipais estão aqui e podem aproveitar  
104 o momento para tirar dúvidas com a Bartira e o Leonardo. (Comentários feitos por Francisco Lopes no decurso da  
105 apresentação). A comissão preparatória tem essa composição, de acordo com as orientações do Conselho Nacional.  
106 Foram atendidas as proporcionalidades de representação para que a contemplássemos o maior número possível de  
107 pessoas, de entidades e de segmentos diferenciados. Hoje, temos em torno de quinze pessoas que fazem parte da  
108 comissão. Como o secretário falou, até hoje fizemos dez reuniões da Comissão Preparatória, praticamente quase toda  
109 quarta-feira nos reunimos nas dependências da Secretaria das Cidades para discutir o andamento e os  
110 encaminhamentos das providências discutidas na comissão, desde o momento em que fizemos a convocação da  
111 conferência estadual. Já sentamos para definir com os conselheiros do ConCidades quem seriam os conselheiros que  
112 fariam parte dessa comissão preparatória. A partir daí a gente vem fazendo reuniões sistemáticas para discutirmos,  
113 inclusive, toda a programação que a fizemos nos seminários e tudo o mais. Aqui temos os seminários regionais que  
114 nós fizemos e as datas. Andamos praticamente em todo o Estado. Essas são as regiões de planejamento do Estado, as  
115 oito regiões, e nós ainda fizemos mais um, que foi em Ubajara, na Região da Ibiapaba, porque o pessoal da Ibiapaba,  
116 hoje, luta para a Ibiapaba ser reconhecida como região independente de Sobral, porque dentro do Estado, dentro da  
117 divisão administrativa de planejamento, Sobral e Ibiapaba constituem uma região só, e a Ibiapaba não aceita mais isso,  
118 quer ficar como Ibiapaba. Isso aí é uma luta deles, é uma luta política e tem sido feitas mobilizações para isso. Na  
119 semana passada, eu participei de uma reunião do Conselho Regional da Ibiapaba, aqui em Fortaleza, que está  
120 mobilizando todos os prefeitos e Câmaras Municipais para ter um campus universitário federal. Havia deputados e  
121 senador nessa reunião, tinha gente de todo tipo em favor dessa luta pela Ibiapaba, para ter a universidade. Porque hoje,  
122 a universidade de Sobral é que atende a demanda do pessoal da região todinha, não só de Sobral, mas do entorno.  
123 Vem gente até do Piauí para Sobral. E aí é um risco muito grande, porque você tem que se deslocar de ônibus todo dia,  
124 e é aquela confusão. E eles querem uma lá, na Ibiapaba. Então a luta é essa, por isso que nós fizemos mais um  
125 seminário em Ubajara. Eles mesmos se articularam e disseram para gente: “Olha! se for problema de recurso, não se  
126 preocupe que a gente organiza tudo, mobiliza e vocês vêm fazer esse seminário aqui.” E aí nós fizemos. Então por  
127 isso que foram nove seminários. Já aí, nesse slide, temos o quadro das conferências municipais realizadas até hoje.  
128 Hoje, ainda, recebi um comunicado de que mais um município realizou sua conferência esta semana, no caso, Quixadá,  
129 que está aqui representado, e Acopiara, que realizará no dia 11. Na data de hoje, Crateús está realizando a sua. Aqui,  
130 temos o resultado dos seminários regionais. Todo mundo já se adiantou, fez os decretos, convocou e já mobilizou e já  
131 está realizando. Portanto, pelo o que eu conversei com o Leonardo, o Ceará já está bem à frente de muitos Estados  
132 que sequer fizeram ainda a mobilização para a realização dessas conferências. Então, estamos bem adiantados.  
133 Acredito que o Ceará, de vez em quando, se destaca em ser pioneiro ou então protagonista de estar a frente de outro  
134 Estado, porque nós procuramos realmente discutir as coisas para acontecerem da forma como está previsto, dentro  
135 dos cronogramas, para que não percamos as oportunidades de discutir essas políticas. Agora, o resumo das  
136 conferências: Já foram convocadas e realizadas treze. Já convocadas e por realizar, temos noventa duas. Então, temos,  
137 no total, cento e cinco municípios, ou seja, 57,06% dos 184 municípios cearenses que já convocaram suas conferências.  
138 Eu acho que é mais do que isso, porque é assim: esse número aí é o número de municípios dos quais, até hoje, nós  
139 recebemos a documentação, mas há muitos convocaram e que ainda não mandaram o decreto, a portaria. Então, todo  
140 dia este número muda. Eu acho que vamos chegar perto dos 120 municípios. Eu também queria salientar, não só o  
141 papel dos conselheiros da comissão preparatória, mas também o apoio inestimável da Aprece – Associação de  
142 Prefeitos, que nos ajudou com dados atualizados para contato com os gestores, particularmente os novos, pois houve  
143 mudança de muitos números telefônicos e e-mails, e eles atualizaram todos os endereços dos associados da Aprece,  
144 dos prefeitos, o que facilitou sobremaneira o contato que tínhamos necessidade de realizar com as prefeituras, e isso  
145 proporcionou um upgrade nas adesões, até então muito lentas, dando-nos condições, com esse apoio, de mobilizar  
146 mais municípios a convocar suas conferências. Os conselheiros têm se desdobrado, inclusive a Gorete, da Federação  
147 dos Bairros e Favelas, o Anderson, da Fedama, a Elaine, da Aprece, e outros mais que têm se desdobrado para que  
148 essas conferências aconteçam. A Gorete já foi a várias dessas conferências para ajudar os municípios. Portanto,  
149 estamos fazendo o que podemos para que o máximo de municípios façam conferências, como o Fracalossi falou, para  
150 não perdermos essa oportunidade do Estado do Ceará estar propondo e estar à frente de uma série de políticas que  
151 vão chegar na conferência nacional. Quanto à demanda de palestrantes, esse é o quadro. Estamos colocando em  
152 ordem de quem solicita primeiro, para tentarmos atender os municípios que estão querendo que pessoas vão dar  
153 palestras. Nós estamos contando com o apoio da Carol, que é da coordenação de Desenvolvimento Urbano. Tem  
154 também a Jorgiana, que é da Secretaria das Cidades, o Dr. Lino, que representa, no ConCidades, a Defensoria Pública.



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

155 Então, temos contado com o apoio deles para participar dessas conferências, inclusive, para ajudar no processo de  
156 discussão e orientar no momento em que elas estão acontecendo. O objetivo desta apresentação era mais de, a partir  
157 da exposição desses dados, realmente dar esse panorama do que vem acontecendo. Os nossos telefones não param. As  
158 pessoas ligam todo dia e nós fazemos questão de atender e de orientar, para que essas coisas aconteçam da forma  
159 melhor possível, para termos uma conferência estadual com uma representatividade muito boa, que eleja boas  
160 propostas para todos os municípios. E aqui há vários municípios que, hoje, já contam com a equipe de coordenação  
161 municipal. Acho até que poderiam se identificar, vejamos: tem Sobral, Maracanaú, Pacatuba, Choró Limão, Santa  
162 Quitéria, Solonópoles, Viçosa do Ceará, Irauçuba e Frecheirinha. Quer dizer, municípios que são desde o norte do  
163 Estado até o centro, e Fortaleza também está aqui. Eu agora passaria a palavra para os representantes do Conselho  
164 Nacional, para fazer a apresentação deles. A partir daí passarei a fazer algumas considerações e abriremos a palavra  
165 para vocês tirarem dúvidas que porventura tenham em relação às conferências. Obrigado. **SR. ANDRERSON**  
166 **RAFAEL (Representante da Fedama – Federação dos Moradores de Maracanaú):** Bom dia! Na verdade a gente  
167 fez praticamente a mesma tarefa, eu e o Francisco Lopes (Kico), e eu vou só complementar em relação ao que ele  
168 apresentou, para a gente visualizar de forma gráfica e visual aonde a gente conseguiu atender. O Francisco Lopes  
169 (Kico) já demonstrou bem como foi todo o processo. Eu acho que a coordenação executiva da conferência nacional e  
170 também do Conselho das Cidades percebeu o quanto que o Estado do Ceará se envolveu, e a gente tem um zelo,  
171 porque é a primeira conferência que vai ser realizada após a instituição do Conselho Estadual das Cidades. Então, o  
172 desejo desta comissão e deste Conselho é fazer a maior e a melhor conferência, já que estamos na quinta. De toda as  
173 ações que fizemos, e aí a gente colocou quais são as ações da comissão. Esse amarelo são os municípios que não  
174 participaram dos nossos seminários de sensibilizações, que foram nove. Nove seminários, só esses amarelos. Mesmo  
175 assim, alguns municípios que não participaram dos seminários, mas entendendo a importância da conferência,  
176 convocaram a conferência, são esses manchados de vermelho. O verdinho são todos os que nós já recebemos. A  
177 documentação de confirmação que convocou, e que nós temos a informação, ou seja, a gente conseguiu no Estado  
178 todo, chegar em todas as regiões. Algumas regiões um pouco menos, e aí a gente vai fazer uma análise subjetiva, é  
179 início de gestão, são pessoas que não têm experiência no processo participativo democrático, a gente compreende,  
180 mas houve um esforço total da comissão em realizar. Cada seminário que a secretaria e o conselho organizou, por  
181 exemplo, Sertão Central, eram treze municípios, participaram onze. Eram quatorze, sete. E daí a gente já tem um  
182 espelho mais ou menos da participação e das regiões que mais participaram. Teve também a oportunidade no último  
183 seminário que foi aqui em Fortaleza, os municípios que não participaram em suas regiões, puderam vir para cá e  
184 assistir essa apresentação. O maior número de incidência de realização de conferências municipais vai ser agora entre  
185 os meses de abril e maio. Nós temos 108 confirmadas, sendo que 102 serão entre os meses de abril e maio. Ou seja, a  
186 gente vai ainda debuscar muito esforço na realização, monitoramento, palestra facilitada e tudo quanto. Aí são os  
187 números de delegados, mais ou menos, confirmando o que o nosso Secretário Mário Fracalossi informou, 50%  
188 pessoal, vocês de fora do conselho, observe, nós somos 184 municípios, 92 municípios elegem dois delegados, é o que  
189 o Mário falou, a maioria dos municípios elegem poucos delegados. Na verdade, quem elege mais delegados é Fortaleza,  
190 com 50 delegados e alguns outros muito menos. Fortaleza tem uma extensão muito grande, uma participação muito  
191 grande na conferência, mas isso já é um modelo engessado do modelo da conferência. Era só uma evolução pra gente  
192 ver e saber onde chegamos para, na próxima conferência, a gente também tentar começar até por onde a gente não  
193 conseguiu chegar, para estimulá-los a participar. **SRA. BARTIRIA PERPÉTUA LIMA DA COSTA (membro do**  
194 **Conselho Nacional das Cidades e da Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades):** Bom  
195 dia a todos e a todas. Para nós é muito importante estar aqui nesse ambiente muito saudável, com os conselheiros,  
196 com as coordenações dos municípios. Eu sou Bartiria, eu sou conselheira do Conselho Nacional e também da  
197 Comissão Executiva Organizadora da 5ª Conferência Nacional. É um prazer, secretário, ter sua presença aqui, é muito  
198 importante. Dizer que a nossa presença aqui, a minha e a do Leonardo, quando nós estabelecemos no ano passado  
199 nessa última reunião da Conferência do Conselho das Cidades, nós propusemos à comissão de mobilização realizar os  
200 seminários, para chegar aos Estados, não para ensinar os Estados, mas trazer quais são as dificuldades, ver como é que  
201 nós estávamos trabalhando o processo para a 5ª Conferência, como que nós poderíamos ajudá-los, porque como  
202 somos nós que estamos tratando de todo o debate, da sistematização, do texto, como é que vai se dar este processo  
203 para a conferência nacional, então, nós temos a obrigação também de chegar aos Estados, para poder também nos  
204 colocarmos mediante esse processo. Há dificuldades também, porque é um processo de transição, também isso  
205 dificultou um pouco para nós começarmos o seminário. A comissão de mobilização entendeu que era um processo  
206 importante ajudar e, portanto, fez mais contatos, ligando e ajudando a fomentar as comissões organizadoras, para que  
207 os Estados começassem logo a convocar as conferências. Então, o primeiro passo nosso, dessa mobilização, começa



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

208 quando a gente inicia o contato com os Estados para dizer: olha é importante a conferência, tem que criar comissão,  
209 onde não tem o conselho das cidades, vocês precisam tratar de criar uma comissão. Onde já tem um conselho é  
210 importante, porque aí já tem um processo, já tem a comissão é só começar o processo. Mas, vários Estados ainda não  
211 tem o Conselho Estadual e nos municípios ainda também não. Então, é um processo mais demorado, se a gente não  
212 tiver o entendimento da importância de fazer com que os Estado se mobilizem, principalmente no processo de  
213 mudança de prefeitos, mudança que ocorreu nesse período. Esse é o processo que a gente começa lá de trás, depois  
214 entendemos que era importante chegarmos nos Estados e ver como é que os Estados estavam e tirar as dúvidas e  
215 ajudar nesse processo. É claro, para a nossa surpresa, Fortaleza está muito adiantada. Nós aqui vamos mais é saber se  
216 vocês têm alguma dúvida para a gente ajudar, porque o processo vocês fizeram de acordo também com o que já estava  
217 orientado, no que já foi colocado, e vocês aqui se organizaram muito bem. Nós queremos parabenizá-los por esse  
218 processo, da importância dos conselheiros dentro do entendimento e que isso facilita para nós, e tenho certeza que se  
219 esse processo, ele vai se dando em cada conferência, se os Estados começarem a entender a importância disso,  
220 também para nós facilitará muito e a gente vai avançar cada vez mais. Entendemos que para chegar à 5ª Conferência  
221 Nacional é importante que os Estados já estejam caminhando assim como está o Ceará. E a gente fica muito  
222 preocupada, porque não é essa a realidade do Rio de Janeiro, não é essa a realidade de São Paulo, que é uma grande  
223 metrópole, e que as coisas às vezes não avançam tanto, não estão tão preocupados como deveriam estar, porque  
224 recebem bastante recursos, tem todo um desenvolvimento econômico bem maior, sua receita, como foi colocado aqui  
225 pelo secretário. O que tem de receita hoje aqui colocada dos 30% da sua receita do Estado. Esses outros Estados, é  
226 muito maior dentro disso, só que não tem uma preocupação da importância da cidade, porque quando se trata dessa  
227 conferência, se trata da cidade. Trata-se de todo o conjunto do que nós estamos tratando na cidade, e você mora em  
228 algum lugar, ninguém está parado aqui em cima de nada. Nós estamos aqui, pisando no chão. Então a gente transita, a  
229 gente vai e a gente vem, a gente chega em algum lugar, e nós não podemos não perceber essa realidade. Então, às  
230 vezes parece que os nossos governantes não percebem o que eles vivem na cidade, e a importância desse conjunto que  
231 a gente precisa discutir, porque não tem desenvolvimento econômico, não tem desenvolvimento social, não tem nada  
232 se você não perceber a cidade. Isso é impossível. Como é que cresce? E está dado, porque você hoje tem que planejar  
233 as cidades. Nós temos caos hoje nesse País é porque o planejamento, quem é urbanista sabe. Eu não sei se o secretário  
234 é urbanista, ou seja, engenheiro seja técnico nessa área, sabem da situação. Os movimentos sociais, porque eu quero  
235 dizer para vocês que eu não sou técnica, eu sou presidenta da Confederação Nacional das Associações de Moradores,  
236 portanto, eu represento o movimento popular no Conselho Nacional, e a minha discussão é no controle de  
237 participação dessas cidades, nesses espaços, então, para nós é de suma importância fazer as conferências e ter essa  
238 participação. Portanto, nós entendemos todo esse processo que é o caos no nosso País e sabemos o que são as  
239 grandes metrópoles, por falta de planejamento e também por não pensar o planejamento urbano adequadamente.  
240 Então, isso é o que estamos colocando na pauta. Nós estamos colocando na pauta, desde a primeira conferência,  
241 segunda, terceira e quarta. E agora a gente chega à 5ª Conferência num debate que é o Sistema Nacional da Política  
242 Urbana. O que é o Sistema Nacional da Política Urbana? O que nós queremos para essa política? Porque nós temos  
243 hoje na discussão, no conselho, a partir da criação do ministério, a participação do Conselho Nacional com o Governo  
244 Lula, que dá a importância dessa política, e eu creio que para alguns que não conhecem ou para outros que já  
245 conhecem, mas para reforçar é que esse processo se dá de um processo histórico da questão urbana do país,  
246 principalmente dos urbanistas. Eu destaco isso, como eu destaco também com relação à saúde. Foram os sanitaristas  
247 que ajudaram nesse processo de avançar na questão do Sistema Único de Saúde – SUS, junto com a sociedade civil  
248 organizada. Os urbanistas tiveram um papel muito importante, mas eu acho que eles não avançaram. Eles ainda não  
249 estão decididos, eles ainda não entenderam qual é o processo que vai se dá desse sistema. Não consegue, porque é  
250 complexo também. Nós entendemos que discutir a cidade, discutir um sistema desses, é complexo. Como a saúde é  
251 muito mais direcionada à questão mais definida, pensar também não só da complexidade, mas avançou. Nós temos  
252 hoje, um sistema como tem da educação, como tem da assistência social, mas da urbana a gente não tem. Portanto,  
253 nós temos hoje uma política fragmentada. É cada um é uma caixinha. A caixinha da habitação, a caixinha do  
254 saneamento, a caixinha da mobilidade urbana. Não é nem de mobilidade. É de transporte. Você vê a complexidade do  
255 Ministério das Cidades, onde nós temos a Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana e ainda tem o Ministério do  
256 Transporte, e é assim que as coisas ocorrem. Dentro dessa visão que o Governo Lula entendeu, porque nós  
257 tínhamos um movimento muito forte e temos, que o Fórum Nacional da Reforma Urbana, um debate onde também  
258 vários atores da sociedade civil, inclusive vários urbanistas também ajudam nesses debates e discutem. A importância  
259 do Ministério das Cidades, a importância de ter o conselho e a importância da gente discutir essa política. Mas, nós só  
260 conseguimos até agora aprovar caixinhas para as caixinhas. Política para habitação, o Sistema Nacional, o FNHIS –



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

261 Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que é o sistema que a gente põe, desengaveta e aprova, mas com  
262 muita fragilidade, o FNHIS, sem recurso. É um debate que a gente precisa aprofundar, porque tem um sistema, tem  
263 um processo desses, cria-se um fundo e o fundo não tem recurso. Isso é um tema também do sistema, que a gente  
264 precisa aprofundar e discutir, como é que vai se dar isso. Aí você tem a lei nacional de saneamento, que foi um avanço  
265 para nós. Não é a lei que nós gostaríamos, mas é uma lei que tem diretrizes importantes. Agora, nós estamos no  
266 processo dos planos municipais de saneamento, porque a discussão tem que ter os planos municipais, como tem o de  
267 habitação, como tem a lei de mobilidade urbana, porque agora você também tem que tratar a questão dos planos da lei.  
268 E aí você vê de resíduos sólidos. Olhe o que se avançou, o que se tem, como é que se trabalha tudo isso. Mas, como é  
269 que se integra tudo isto? Isso é o que está dada a discussão: A integração dessas políticas. Para nós, se não tiver a  
270 integração dessas políticas, nós não vamos ter um planejamento urbano adequado, acessível e com dignidade, e com  
271 justiça social que é isso que está na pauta. É a questão da justiça social, que a gente precisa perceber e entender. Então,  
272 nós estamos batendo nisso. Agora, não adianta. Nós saímos da 3ª Conferência já dado a questão do sistema, saímos da  
273 4ª Conferência dizendo que nós tínhamos um prazo. Nós construímos no conselho uma proposta de Projeto de Lei, e  
274 que o texto base que vocês receberam é a nossa proposta do projeto para o debate da 5ª Conferência. Ele é o  
275 resultado de debate dentro do conselho, dentro da comissão que nós criamos, com vários ministérios participando,  
276 digamos que é uma minuta para poder a sociedade a começar a discutir, e o Governo Federal junto com suas  
277 Instâncias, pra gente avançar dentro de um projeto, de uma política de um sistema nacional da política urbana para  
278 esse país. Nós precisamos não dar, e eu acredito que todos vocês que estão nos municípios, todos que são gestores,  
279 que são técnicos, sabe da dificuldade da falta da integração dessas políticas. Nós não podemos. Então, o sistema é para  
280 dar este amparo. Dizer que isso vai resolver o problema da cidade, e que nós vamos estar; isso nós sabemos que não é  
281 assim, não. O SUS – Sistema Único de Saúde, que está com 22 anos agora, portanto, você imagina o que é e como a  
282 gente vem sofrendo aí com as privatizações, querendo privatizar, ainda não entendendo o sistema como sistema,  
283 apesar de ser um dos sistemas que tem como referência para outros países do mundo. Então, é o Brasil que tem uma  
284 experiência tão importante, como o Sistema Único de Saúde. Você imagina ainda as dificuldades que a gente tem aqui.  
285 Portanto, nós também entendemos da importância desse sistema, porque a partir daí você também tem o sistema  
286 como federativo, e aí onde os Municípios, Estados e a União têm cada um o seu papel, e vão tratar cada um dentro  
287 das suas realidades. E aí vão discutir. Por isso que é complexo, porque o Brasil, em cada Estado tem a sua realidade de  
288 cada região e as regiões também. Tudo tem que levar em consideração, tudo tem que ver, tudo tem que olhar como é  
289 que é este país, para poder você construir nisso. Mas, nós precisamos sair desta 5ª Conferência, com esse sistema já  
290 com uma pauta ou para o Congresso, já com uma pauta para dizer assim: nós precisamos aprovar. Portanto, como que  
291 é importante que os senhores percebam que dentro da proposta colocada, que a gente pode depois mostrar e que os  
292 senhores conhecem, que é o texto base, que está dividido nos quatro eixos que esses quatro eixos é importante para o  
293 debate da política. E esses quatro eixos são importantes para o debate da política, esses quatro eixos, eles têm que ser  
294 focados porque é o que dá o tom, porque é o estatuto da cidade que você tem que colocar dentro desse sistema.  
295 Como é que você vai discutir as cidades, se você não discutir essa questão da função social da propriedade, o que está  
296 previsto dentro do estatuto, o planejamento, os planos. Então, esse é um dos pontos fundamentais desse debate do  
297 sistema, e da política urbana, portanto, o que nós estamos colocando e dizendo: isso tem que debater, isso tem que ser  
298 discutido. Nós precisamos avançar nisso. Não dá mais para a gente sair da 5ª Conferência, se a gente não tiver isso já  
299 dado e colocado pra aprovação no Congresso, para a Presidenta da República dizer assim: agora nós temos um  
300 sistema. O ponto, também, desse que para nós é fundamental, que eu acho que é o nó, porque a questão do estatuto  
301 da cidade, colocar a questão da função social, da propriedade, eu acho que está mais entendido. O controle social, esse  
302 também é um problema, porque não são os Estados. Nós sabemos como é que é complexa a nossa participação,  
303 porque como ele não é institucionalizado, essa participação em controle não é dado tão definitivamente, vai muito da  
304 nossa organização, vai muito da mobilização, vai muito da nossa ação, porque ela ainda não é uma questão  
305 institucionalizada, como algo de suma importância de prioridade. Os conselhos existem, mas se não tivesse a  
306 sociedade, pra ele seria ótimo, iria fazer as coisas acontecerem. Vocês sabem como é que é o embate, como é que se dá  
307 um processo. Eu vejo o Conselho das Cidades, e aí dentro do aspecto que é o Conselho Nacional, que devam ser os  
308 conselhos estaduais e municipais, dentro da realidade de como que é formado, porque você imagina hoje, você discutir  
309 com os empresários, porque a sociedade civil, ela sempre tratou com os governantes, um embate ou não, mas você  
310 estava ali. Agora, você ter empresários nessa discussão, você ter os sindicatos nos debates juntos com os empresários,  
311 você ter as ONGs também. Então, esse é um processo que não é uma coisa assim tão fácil, tão dada, porque isso é  
312 uma questão de pacto que a gente dá no processo do conselho, da participação, é um processo de você ceder, de você  
313 avançar. Então, em algum momento alguém tem que ceder um pouquinho, alguém tem que ser mais firme no debate.



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

314 na proposta, se colocando para poder as coisas avançar. Então, são processos que são importantes. Então, dentro do  
315 sistema que tenha a participação e controle social é uma questão importantíssima, para que nós possamos avançar e a  
316 gente não perder o espaço. Por que eu estou chamando atenção? Porque muita das vezes nós temos técnicos ou temos  
317 a própria gestão do município ou do Estado. Mas, para quê esse controle social? Para quê essa participação? Para quê a  
318 gente ter tanta definição disso? Não precisa tanto. Nós vamos definir mesmo, nós podemos aprovar e porque que tem  
319 que ter alguém aqui também dizendo como é que são as coisas. Portanto, também isso é importante, por isso que está  
320 nesse eixo. Eu creio que para o Governo Federal, para a gestão federativa, seja Estado ou Município, nós temos um  
321 problema que é a questão do fundo. Esse nós precisamos discutir. Nós colocamos no documento - como vocês já  
322 fizeram o seminário, então eu estou pontuando algumas coisas, que depois a gente pode até mostrar no texto, mas que  
323 vocês já viram, e se não viram, a gente tem a oportunidade de mostrar depois o texto aqui para vocês, do que eu estou  
324 falando. Porque a questão do fundo, nós colocamos na nossa proposta do sistema, a gente colocou de algumas fontes  
325 e essas fontes são questionadas. O Governo Federal, mas vai tirar de onde? O município de onde, e o Estado também.  
326 E aí nós vamos apostar nessas fontes? Porque também se você faz proposta, vocês também tem que dizer de onde sai  
327 o recurso, até para dizer para o governo que dá pra fazer, que tem condições, que é possível fazer ou não. Ou então  
328 vamos para o embate. Se não dá pra ser essa fonte, então nos mostra outra fonte. Agora, nós não podemos é ficar sem  
329 recurso. Não dá é pra ter um Sistema Nacional da Política Urbana e não ter um fundo com recurso, e não um fundo  
330 sem recurso e nós queremos que esse fundo seja administrado pela gestão daquele que realmente discute a cidade.  
331 Então, se é o Ministério das Cidades; é o Ministério da Cidade. Se for a Secretaria de Planejamento Urbano do Estado;  
332 é a secretaria ou o secretário que vai administrar. Não a Secretaria da Fazenda, porque o recurso é teu, e ele é que fica  
333 determinando e você com o pires na mão. O recurso tem que ser realmente para essa secretaria definida, para que  
334 você realmente tenha condições de ter um conselho forte, com controle social, ter fiscalização. Crie as comissões e vai  
335 fiscalizar, porque tem transparência. Nós queremos ter tudo isso, nós queremos o recurso para que seja aplicado na  
336 política que nós queremos. Portanto, não queremos caixinha. Caixinha de ter recurso para o saneamento, e aí cria o  
337 conselho de saneamento e o fundo de saneamento. Aí cria o da habitação. Eu acho e tenho clareza, dentro da minha  
338 concepção, isso eu não estou dizendo no geral, mas do que eu acredito para um fundo e na discussão que a gente  
339 entende de outros sistemas, que o fundo hoje, de habitação, ele tem que deixar de ser o fundo desse sistema que hoje  
340 não está funcionando, e que passasse a um sistema único, passasse a um fundo único, ele transformar em uma coisa  
341 maior e funcional. E aí se discutia, porque hoje como ele está dado para a política de habitação, ele não está atendendo  
342 a demanda e não está acontecendo. Então, porque não transformar numa coisa funcional, uma importante para dentro  
343 deste sistema que nós estamos querendo debater? Eu posso estar levantando algo que alguém pode estar dizendo:  
344 Não, nós queremos continuar com o fundo de habitação e ter o fundo do sistema. Isso é um pouco complicado.  
345 Portanto, nós estamos quando a gente até discutiu a lei do saneamento, o pessoal disse: vamos criar conselho, fundo.  
346 Não gente, não vamos mais criar nada. Nós vamos criar algo que seja um só. Nada de conselho de transporte, de  
347 mobilidade urbana. Mais um fundo? Não, essa é uma política do sistema da política urbana. É isso que nós estamos  
348 tratando. Portanto, ela tem que ser algo que você tenha o município e o Estado funcionando, que tenha Conselho, que  
349 tenha Fundo, o Governo Federal com seus investimentos, o município com sua capacidade de investir e o Estado  
350 também, e eu tenho certeza que se a gente trabalhar para esta 5ª Conferência, nesse norte, nós vamos sair realmente  
351 com um projeto de qualidade, de um sistema bem avançado, se a gente realmente fizer esse debate e aprofundar.  
352 Portanto, como é uma proposta e está ali que saiu do conselho, saiu lá de dentro desse espaço, com muita dificuldade,  
353 mas ele saiu, portanto, ela pode ser ajustada como? Vocês podem fazer proposta aditiva, supressiva, vocês podem  
354 fazer emendas modificativas, desde que seja para realmente avançar nessa política, porque é importante que nós  
355 possamos receber contribuição, para quê esse sistema realmente possa se viabilizar nesse país. Portanto, a gente tratou  
356 mais a questão desses eixos, porque são eixos fundamentais do debate do sistema por uma política. E nesse caso, nós  
357 estamos tratando da política urbana. Portanto, nós precisamos muito dos urbanistas, pra eles entenderem para  
358 poderem ajudar nesse sistema, para funcionar e dá certo. Eu estou dizendo isso, porque tem contradição. Tem. Tem  
359 concepções complicadas ainda do entendimento do que nós estamos tratando agora e do que muitos estão pensando  
360 ainda, porque muitos pensam que você tem que fazer uma mudança de estado, que eu acho também que tem que ter  
361 como uma reforma política que eu acredito que é importante, porque aí você faz uma mudança de estado, e você  
362 também faz também com quê essas políticas avancem, porque o nosso problema e o problema de concepção de  
363 alguns é que você como não tem um estado ainda de uma reforma mais democrática mais avançada, esses sistemas  
364 também têm dificuldades de serem aplicados, deles avancem e, portanto, alguns têm essa concepção. Portanto, se  
365 não começarmos agora a fazer isso, para avançar lá na frente, você vai ficar esperando o Estado, e quanto tempo vai  
366 demorar e se você pode avançar. Eu acho que nós precisamos entender esse processo. Portanto, nós acreditamos no





# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

367 conselho, que isso é possível e, portanto, colocamos esse debate. Eu estou colocando os temas e depois vocês podem  
368 fazer as perguntas, porque a gente pode avançar. A outra questão é a questão da metodologia. Se vocês têm alguma  
369 dificuldade, se vocês entenderem aquele gráfico todo, porque se está tudo ok, a gente nem precisa, porque como vocês  
370 avançaram a gente não precisa ficar mostrando como que vocês vão fazer e qual o processo da metodologia, qual o  
371 processo de fazer as propostas, como que vai se dá essas propostas, como é que elas vão ser consolidadas e como que  
372 sair do município para o Estado, e depois do Estado para a Nacional e também se esse entendimento está ok com  
373 vocês, nós também não precisamos ficar aqui mostrando algo que já está até aqui nesta tabelinha, muitos já fizeram,  
374 alguns já sabem e já está tudo bem colocado, talvez a gente não tenha que ficar aqui mostrando e nem falando  
375 novamente disso ponto a ponto, a não ser algumas dúvidas que vocês tenham. E tem os outros dois documentos, que  
376 um vem com uma orientação para as conferências municipais e estaduais, com algumas perguntas, que aí eu quero já  
377 explicar para vocês, se vocês já têm alguma dúvida, que a gente também ficou na época, no momento que nós  
378 estávamos preparando a sistematização, porque eu faço parte da comissão que nós dividimos em comissões da  
379 sistematização e da metodologia. Portanto, por isso eu estou falando mais do texto que nós mais discutimos e também  
380 na questão da metodologia, que é onde a comissão que eu faço parte. Geralmente vêm outros conselheiros que falam  
381 do processo da validação, e a questão é que hoje quem vai falar e tirar algumas dúvidas com vocês vai ser o Leonardo,  
382 que pelo ministério, na assessoria ele que acompanha a questão da validação. Dentro do texto que a gente colocou um  
383 pouco para orientar, porque o Estado tem liberdade de fazer um texto se adequando à realidade do Estado, tem toda  
384 autonomia de preparar um texto que ele quer debater também, claro com as orientações colocadas. Mas, a gente  
385 pensou como ajudar e por isso trabalhamos o texto aquele mais orientador para os Estados e Municípios, que aí tem  
386 alguns pontos que faz algumas perguntas, que vocês podem mudar se vocês acharem que precisa, mas é um pouco  
387 para provocar, porque tem ações nos Estados, tem questões que estão sendo feitas, como o PAC – Programa de  
388 Aceleração do Crescimento, Minha Casa Minha Vida, tem várias questões. Nós ficamos em dúvida se agente fazia  
389 segmentado, já que a gente está trabalhando no Sistema Nacional da Política Urbana, aí você faz pergunta de habitação,  
390 de saneamento, sobre transporte. Como é que é isso? Mas, não é pensando na segmentação, na fragmentação da  
391 política. É pensando que mesmo que você trabalhe a questão integrada, é claro que esses temas, eles têm suas  
392 peculiaridades, eles têm as suas dificuldades, então é importante entender, mas pensando que nós não estamos  
393 trabalhando nada que venha contrapor a questão da fragmentação. Ela é sempre no olhar da integração dessas  
394 políticas. Isso é o que está dado nessa 5ª Conferência. Hoje, a gente trabalha e avança nessa integração ou nós não  
395 avançamos para um Sistema Nacional da Política Urbana. E outro é o texto do próprio ministério, que vocês podem  
396 avaliar. Como é que vocês avaliam o próprio ministério, e o que vocês propõem para melhoria das ações. Nós mesmos,  
397 os conselheiros, temos muitas críticas, por isso que estamos discutindo o sistema, porque como é que você discute, se  
398 você tem o Conselho Nacional da Cidade, tem o Ministério da Cidade, e aí o recurso do PAC é discutido no  
399 planejamento, na Casa Civil. O recurso da Minha Casa Minha Vida não passa no Conselho, como não passa aqui no  
400 conselho de vocês. Passa lá por fora. E aí já passa o Estado. Quem quer saber de conselho, quem está pensando em  
401 alguma coisa, quando o próprio governador ou o prefeito recebe o recurso que nem se discutiu dentro do espaço da  
402 instância, do controle, e participação social. Nós temos essa crítica e nós a fazemos. Fizemos para o Presidente Lula, já  
403 fizemos para a Presidenta Dilma, fazemos jornadas, fazemos campanha. Nós não temos medo de dizer essas coisas,  
404 porque é importante para avançar numa política e no que nós queremos. E têm várias outras questões. Ou a gente faz  
405 com que realmente passe por essas instâncias que nós constituímos e que é importante, porque lá no PAC diz o  
406 seguinte: vocês têm Conselho da Cidade. Vocês têm plano. Vocês têm que responder. Todo município tem que  
407 responder tudo isso. Então, tem que valorizar esse espaço. Isso é importante. O próprio Governo Federal tem que  
408 saber a importância de não fragmentar essa política. É importante também avaliar, propor, colocar, dizer o que é que  
409 vocês acham e o que vocês querem depois. Um pouco mais resumido mesmo, porque vocês estão muito bem, já  
410 discutiram bastante aqui, se prepararam, tem gente aqui com capacidade técnica de ter passado para os municípios  
411 toda essa discussão que vocês já apresentaram, e que já avançaram nos município nesses seminários que para mim foi  
412 de suma importância e que vai ficar no nosso registro pra nossa avaliação desses seminários daqui da questão de  
413 Fortaleza. Eu acho que na questão que o secretário falou; a que eu achei interessante é essa questão das propostas dos  
414 municípios. Realmente esse é um dos debates que nós fizemos. Não dá mais para fazer conferência regional. Não tem  
415 condição de fazer. As conferências têm que ser municipais, nem que o município seja pequenininho. Não tenha todos  
416 os segmentos, tudo bem, tem dificuldades. A associação de moradores você vai encontrar, você vai encontrar igreja,  
417 porque a pastoral faz parte, ela é considerada como ONG, então ela está dentro do processo e participa. Associação  
418 rural, sindicato rural, e tem sempre alguma coisa. Não diga que não tem, porque se você realmente procurar divulgar  
419 na rádio, mandar no município até na rádio comunitária, vai aparecer para esse processo da mobilização. Com certeza,



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

420 não tenha dúvida que pode não ter todos, mas nós não vamos ficar dizendo que não tem algum segmento.  
421 Pensando nisso, e nós também tínhamos todo esse pensamento, porque até a 4ª conferência nós  
422 ainda conseguimos fazer algumas conferências, regionais e no município, mas agora não tem. Cada um vai fazer. Por  
423 quê? Nós estamos tratando de uma política, de um sistema e o problema se dá é no município. É lá no município que  
424 as coisas acontecem. A realidade é municipal. Aí o que é que você pode tratar depois? Pode. Você pode tratar depois a  
425 questão regionalizada, porque a água muitas das vezes que abastece o município vem de outro município. Você pode  
426 tratar isso como uma questão regionalizada, isso é importante. A questão também do resíduo sólido, que muitas vezes  
427 a coleta é de um município, mas passa do outro município. Então, vai para o outro onde vai ser o aterro e tal. Então,  
428 isso é de interesse regional, portanto, você pode tratar. Depois de você discutir a sua política município, tratar do seu  
429 problema, você pode fazer uma conferência regional, mas não é para tirar delegado e nem faz parte do processo, mas  
430 faz parte de uma integração regionalizada. Que aí também tem a questão dos consórcios que pode ser tratada nos  
431 municípios que são importantes, que isso avança. Nós sabemos que se você fizer o consórcio para uma questão de  
432 uma gestão compartilhada da água, evita a privatização, isso ajuda. Isso está dado no plano municipal de saneamento.  
433 Pode discutir isso no plano nacional de resíduo sólido, pode discutir isso, que deva estar no plano diretor da cidade.  
434 Em cada Estado deve também constar isso. Mas, as conferências municipais e os delegados são municipais são  
435 discutidas naquele momento, e ele falou: nós vamos fazer os segmentos e não tenho e podem para os delegados,  
436 porque nós sabemos como que o interior muita das vezes é prejudicado pela capital. Nós sabemos que até para tirar  
437 delegado do interior, nós vamos ficar de fora, o Estado tem o maior número de delegado e tal. Isso é uma questão de  
438 sensibilidade, isso é uma questão dos segmentos, de perceber da importância que todos possam ser atendidos, possam  
439 participar a serem delegados e tal. Não é porque o maior número que eu tirei de delegado aqui eu vou excluir o que  
440 tirou o número menor. Não está dentro dessa proporção. Ela é uma somatória do delegado do Estado, não que o  
441 município só tirou dois delegados. É do Estado. Então, é dentro da proporção que vem dos delegados. É importante  
442 também pra que vocês não sejam prejudicados, os municípios com as suas propostas, entendendo que é uma  
443 correlação de força sim, tudo bem, mas ela não está dada quando nós estamos fazendo uma conferência estadual. No  
444 município, aí você está no debate local e ali você vai defender a sua proposta. Quando você está no Estado, você está  
445 defendendo o Estado. Eu acho que é importante que quem coordene a conferência no Estado, passe isso, pra que  
446 também vá deixando as pessoas sem aquela briga de dizer assim: Aqui não está minha proposta, porque eu estou  
447 fazendo uma proposta e eu estou cuidando nesse momento de viabilizar algo para o Estado, que vai ajudar para as  
448 propostas que ajude na questão regional ou na questão que o Estado avance. É dentro desse aspecto que a gente  
449 queria um pouco colocar aqui para vocês e depois se vocês tiverem alguma dúvida, a gente coloca a questão da  
450 metodologia para vocês ou então a gente faz a conversa com vocês mesmos, porque eu achei que vocês já estão  
451 bastante avançados, não o momento de a gente apresentar algo que vocês já fizeram. Eu não sei onde está o Francisco.  
452 Fazer as perguntas e depois o Leo fala da validação do processo. **SRA. CAROLINA ROCHA (Coordenadora de**  
453 **Desenvolvimento Urbano e Territorial):** Só para complementar o que já foi colocado pela conselheira nacional. É  
454 importante, eu sei que o momento de debate das conferências municipais é a hora que nós temos para falar de todos  
455 os problemas da cidade. A gente sente essa ansia nos moradores, nas pessoas que estão participando, mas é importante  
456 a gente não perca o foco. Eu estou falando isso, principalmente para os municípios que aqui estão. Porque eu estou  
457 colocando isso? Porque quando nós recebemos a demanda de palestrantes, aparecem alguns temas, por exemplo, eu já  
458 recebi demanda para falar de mobilidade rural. Não que não seja importante, mas eles têm que saber qual é o papel  
459 deles ali. Estamos discutindo o quê? Quando eu vou começar a minha fala, eu digo: vocês sabem o que estão fazendo  
460 aqui? O ministério pretende implantar um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. Hoje, ele trabalha de  
461 maneira fragmentada, por setores, portanto, não vamos perder o foco. Tem que trabalhar em cima do texto base. As  
462 propostas eram em cima disso. Não que não é importante a dona fulaninha dizer que o acesso à rua dela no bairro  
463 periférico está péssimo. É o momento de se ouvir, mas de que forma esse problema pontual pode ser traduzido em  
464 termos de proposta de redução ou de acréscimo no que está colocado no texto. Ela mesma colocou que nós já vamos  
465 para a terceira conferência que discute o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. O que é que está faltando  
466 para implementarmos isso? Se isso é um consenso de que não se pode mais trabalhar de maneira setorializada e criar  
467 fundos setorializados, como o da habitação, que está sem recurso, que tem que ser unificado, porque a gente se fortalece  
468 quando nos unificamos, que a questão urbana não dá para eu tratar da habitação totalmente dissociada da mobilidade  
469 urbana, porque o cara sai de casa e vai andar é na calçada. Então, é importante, porque eu sei que os municípios têm  
470 uma fragilidade institucional, às vezes não tem o corpo técnico qualificado que possa passar isso para a população, mas  
471 eu peço, por favor, aos nossos conselheiros e os técnicos da secretaria que forem às conferências municipais, que se  
472 orientem por esse texto base. Inclusive, eu preparei uma apresentação modelo, se quiser pode ser disponibilizado. O



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

473 que fizemos? Fiz um resumo do texto base enviado pelo ministério, em cima dos quatro eixos. Tem município que  
474 você fala em função social da propriedade, ele olha para sua cara e ele não sabe o que é. Então assim, tem que explicar.  
475 Não adianta também só lançar: Eixo IV, instrumento de promoção da função social da propriedade. Sim, e aí. O que é  
476 isso? É importante que se tenha o domínio desse texto base, o que é essa proposta, quais são os elementos de função  
477 de controle social, falar da importância dos conselhos. Já não existe? Existe. Só que eles não estão sendo deliberativos.  
478 A luta é justamente para que eles sejam instância deliberativa. Então, explicar isso. Obviamente que nós temos um  
479 universo de municípios, que vai desde os pequenininhos, como nós vimos metade do Estado, que tem até 20 mil  
480 habitantes. Ou seja, se quer tem plano diretor, até porque não é exigidos, porque os que são exigidos não conseguem  
481 fazer, que são os que não são obrigados a realizar. Então assim, em metade dos municípios nós vamos ter uma  
482 dificuldade maior de entendimento da questão urbana. Eu estive em Ocara, semana passada e uma pessoa que  
483 aparentemente estava entendendo todo o texto, me puxou: "*Minha filha o que é Estatuto da Cidade.*" Você respira e vamos  
484 lá, recomeçar. É um trabalho de formiguinha, mas se a gente quer colher resultados importante para a nossa  
485 conferência estadual, para levar para a nacional, a gente tem que focar, e focar no texto base. Era só isso que eu queria  
486 colocar. **SR. CASSIANO MATOS (Coordenador de Planejamento da Secretaria de Urbanismo de Sobral):**  
487 Bom dia, a todos. Eu sou Cassiano, Coordenador Municipal de Sobral. A minha pergunta é a seguinte, Carol ou então  
488 para a senhora: Eu sou a favor da unificação do sistema e tudo, essa coisa fragmentada da questão da habitação, da  
489 mobilidade, eu sei que seria mais vantajoso se a coisa fosse realmente unificada. Agora, eu queria saber com  
490 vocês se existe algum país que adote esse sistema de política urbana, que sirva de modelo pra gente, para podermos  
491 repente trabalhar em cima do modelo de algum país desses. A minha pergunta seria essa. Obrigado! **SRA. MARIA**  
492 **GORETE FERNANDES (Membro do Conselho Estadual das Cidades):** É muito importante o que a Carol  
493 colocou. Bom dia, a todos e todas. Eu sei que a gente fica muito feliz, nosso número de municípios participando do  
494 seminário aumenta hoje, mais ainda. Dizer Carol, que foi importante o que você colocou e também dizer da  
495 importância que foi a Carol ir conosco aos seminários regionais, onde ela colocou muito bem a parte de planejamento,  
496 e isso foi muito bom, porque dentro da parte de planejamento, ela colocou todas essas questões centrais da política do  
497 desenvolvimento urbano. E também nos seminários, nós tivemos apresentações do secretário do nosso conselho, o  
498 Francisco, que nós chamamos de Kico, carinhosamente. Ele também fazia a explanação, explicando que você, Bartíria,  
499 colocava um pouco dessa parte mais técnica também da conferência. Isso também foi muito bom. E mesmo assim,  
500 como a Carol falou. Carol, que pena que o seu texto não estava pronto antes de ontem, porque eu fui a Quixadá, mas  
501 eu estou só dizendo ali para o Anderson: *Ai meu Deus! ainda bem que eu falei isso.* O que você estava colocando aqui, eu  
502 dizia, Anderson, eu falei isso. O que a Bartíria falava, ah Anderson eu falei isso. Então eu já sei que foi boa. Porque a  
503 gente fica preocupada, porque é muita responsabilidade nossa ir ao município falar dessa política e da criação desse  
504 sistema, de um sistema que nós queremos construir e que ainda não o temos bem certinho na cabeça. Como que  
505 alguém vai ter que ceder. Ceder poder, ceder para poder ele ser realizado. E dizer também que inclusive, os municípios  
506 ficam pedindo assim: *mande o seu texto da palestra.* Aí eu disse: Não, vocês já têm o texto base da conferência, tire cópia e  
507 é nesse aí que vocês vão trabalhar, mesmo que vocês vão acrescentar alguma coisa no município, mas vocês não  
508 podem deixar de discutir em cima desse texto. Então, o texto base é tudo isso aí. Vocês têm que pegar esse texto, se  
509 quiser acrescentar alguma coisa localmente, pode acrescentar, mas que o texto base não pode deixar de trabalhar em  
510 cima dele. Então, foi muito boa a colocação, e a gente também tem tentado fazer essa questão, com que todos vão  
511 para o texto base, que discuta dentro do texto base, porque é lá que tem tudo. Era só isso que eu gostaria de estar  
512 complementando. Obrigada! **SRA. BARTÍRIA:** Como é o seu nome? Cassiano, o Brasil é um país que mais tem  
513 processo de mobilização, de participação e de controle social, e também é um país da discussão mais democrática, por  
514 termos uma Constituição também muito importante, e que dentro da nossa Constituição, ela coloca questões  
515 importantes, como a questão urbana. Então, se você for em qualquer outro país, o que eles têm não é tão organizado e  
516 discutido como é no Brasil. Eles sempre olham para o Brasil. Como é que vocês fazem isso? Eles nos perguntam. Fui  
517 para o Fórum Social, agora na Tunísia. Eu estava na Tunísia, no Fórum Social Mundial. Nós fizemos vários debates e  
518 discussão. O Conselho Nacional de Saúde foi fazer um debate, para mostrar a experiência do controle social e da  
519 participação e do Sistema Único de Saúde, lá na Tunísia, convergindo com vários outros países que querem conhecer  
520 como é que se dá. E vários países da América Latina e também da Ásia, queriam saber como é, e nós, a CONAM -  
521 Confederação Nacional das Associações de Moradores, fizemos uma oficina para falar sobre a questão da moradia, o  
522 direito à moradia, o saneamento, energia e a questão da água, e eles queriam saber: poxa! Como é que vocês já têm lei  
523 de saneamento lá? Como é essa lei? Como se dá esse processo? Ah, vocês têm Conselho das Cidades, como é que esse  
524 processo se dá? Então, é uma realidade totalmente diferente da realidade desses países. Então, não estamos copiando  
525 nenhum sistema. Esse sistema, ele se dá todo em um processo que nós acreditamos, porque nós realmente debatemos,



**Governo do  
Estado do Ceará**  
*Secretaria das Cidades*

526 discutimos e criamos no Brasil, que foi o Sistema único de Saúde. Ele é a experiência que se baseia para outros  
527 sistemas. Todos os sistemas hoje criados estão baseados no processo do Sistema Único de Saúde. Tanto que quando  
528 nós fomos discutir essa proposta desse texto base que vocês estão aí e que é a proposta do próprio sistema, nós  
529 chamamos o pessoal do Conselho de Saúde, nós vimos como é que se dá o processo. Então, é algo que é o Brasil. Ele  
530 é muito nosso, é dos brasileiros de estar discutindo. Por mais que todo mundo: "Ah! O Brasil." Não imagine o quanto  
531 que o Brasil é olhado nessa experiência dessa questão, dessa proposta, da participação. Conselho? Vocês têm Conselho  
532 de Saúde, Conselho das Cidades, Conselho de Educação, como é que se dá? Não existe isso nos outros países. Há  
533 outras formas diferentes. É claro que tem formas participativas também importantes, que a gente também vê que é  
534 importante e tal. Mas, eles querem saber como é que nós fazemos isso aqui. O tempo todo eles solicitam nossas  
535 experiências. E nós falamos lá sobre toda essa experiência, como é que se dá Minha Casa Minha Vida, como é que se  
536 dá essa participação em todas essas instâncias que a gente participa. Então, nós não estamos pegando nenhum modelo,  
537 não. É uma questão mesmo construída a nossa aqui, a partir das experiências de sistemas que nós temos e que é  
538 possível, porque nós acreditamos não que seja uma questão que vá revolucionar. Nós acreditamos que o que vai  
539 revolucionar neste país é quando tivermos a reforma urbana. Ela é revolucionária. O sistema é para você ordenar, para  
540 você colocar as coisas que você tem que ter conselho, tem que ter participação, vocês tem que integrar, mas ela não é a  
541 reforma urbana. Ela é um passo da discussão da reforma urbana. Assim como a gente quer a reforma agrária. Não  
542 tem como você ter um processo mais avançado, se a gente não trabalhar a proposta do sistema. Por isso se diz que já  
543 está lá a reforma urbana já, no texto a gente colocou, porque esse horizonte nós não podemos perder. Essa questão,  
544 desse processo mais avançado e revolucionário, que é a reforma urbana. Então, o debate está colocado até pra gente  
545 dizer que ele tem que ser isso, mas nós precisamos muito mais do que isso. É algo que não pode parar aqui, porque  
546 não avança. Não avança se a gente não tiver um processo criado desse espaço que a gente chama de reforma urbana.  
547 É o tópico. Pra nós não, pois a gente acha que é possível ir. Vamos avançar nesse debate, nesse processo. Portanto, que  
548 também tem nessa concepção. A gente quer o sistema ou quer a reforma urbana. Não, a gente quer o sistema nos dois,  
549 porque esse sistema ele ordena, ele dá critérios, ele te ampara, ele faz com que você tenha um foco para as coisas não  
550 ficarem totalmente soltas. Você tem um foco ali. É o sistema, e quando você tem recurso direcionado, quando você  
551 tem produtos que você pode tratar e você dizer eu alcancei, então para isso você vai ter recursos. Então, para isso você  
552 vai estar amparado pelas leis, etc. É assim que é o processo, é assim que a gente pensa no avanço, mas é a reforma  
553 urbana que é o nosso horizonte. O que nós estamos pensando colocar em discussão é criar realmente também uma via  
554 urbana. Nós estamos no processo de discussão a nível internacional, da via urbana, assim como tem a via campesina.  
555 A da via urbana. Por quê? Porque o Brasil tem uma realidade, mas a Venezuela tem outra, a Argentina tem outra, e  
556 assim por diante. Mas, o foco não é a questão internacional, não vai aprofundar muito, se não perdemos o nosso foco  
557 aqui, que é da nossa conferência. Eu coloquei o texto aqui, o primeiro do eixo está falando da função social da  
558 propriedade, e ele não é o primeiro. Ele é o quarto do texto, mas dentro dos quatro eixos, ele é o primeiro eixo que a  
559 gente coloca para o debate. Aqui, é o que vocês vão dizer, por exemplo, nós estamos colocando o que nós estamos  
560 pensando para esse instrumento da implantação da promoção da função social da propriedade. Colocando um pouco  
561 do histórico que a gente vê, qual a nossa perspectiva. Aqui a gente vem colocando, porque fala do Estatuto da Cidade.  
562 Como é o seu nome? A Carolina colocou: tem que aprofundar, porque não adianta querer chamar alguém para falar  
563 desse eixo, se ele não conhece o Estatuto da Cidade, se ele não aprofunda a questão da função social. É claro que nós  
564 temos que respeitar também a posição, o entendimento que ele tem, que ele também acha. Nós não queremos  
565 também que todo mundo reze a mesma cartilhazinha que está colocada. Claro, que as pessoas têm as suas ideias de  
566 dizer: Olha! Eu penso que assim, avança, mas poderia ser dessa forma. Mas, você tem que entender todo esse  
567 processo da função social da propriedade, porque hoje meus amigos, nós estamos vivendo um momento muito difícil.  
568 Eu sempre digo, nessa questão da função social, nós temos várias questões para ser tratadas, várias questões. E uma  
569 delas que é de fundamental importância, que eu acho, é a regularização fundiária, porque hoje, a regularização  
570 fundiária é o nó nos nossos Estados, porque a maioria das pessoas moram irregular. Eu duvido qual é o município que  
571 consegue estabelecer, aqui está um Defensor Público, quantas vezes o senhor já deve ter visto a situação, e percebe de  
572 como é que as pessoas o procuram por uma questão de resolver problemas fundiários. Problema por questão das  
573 pessoas morarem e não serem os donos da terra, do seu pedacinho. E por que nós construímos mais casas? É porque  
574 a gente não regulariza. Se regularizasse, você não precisava estar construído casas novas, porque as pessoas às vezes  
575 procuram outras casas, porque ele não têm garantia de onde ele mora. E muita das vezes ele não melhora sua casinha,  
576 para colocar mais um banheiro, para colocar mais um quarto, porque ele fica: "Eu vou gastar o meu dinheiro ou eu vou  
577 fazer um empréstimo e depois eu não fico aqui, eu vou sair daqui, ninguém me garante que eu estou aqui." Essa  
578 garantia da terra, de regularizar é de fundamental importância ao processo da função social da propriedade da terra,



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

579 companheiros. Aliás, não é nem da propriedade é da terra, porque a gente fala muito da função social da propriedade.  
580 Tem que falar da função social da propriedade da terra. E aí não é questão da propriedade porque é meu, não. Porque  
581 eu penso, é uma concepção minha, pensamento meu, dizer: porque eu tenho que ter uma casa só no meu nome. Eu  
582 posso ter o direito de morar até quanto eu viver ali. Agora, eu tenho que ter o direito de morar. O problema é que se  
583 você não tiver esse direito que hoje não é garantido, dentro de regularizar onde você está. Qual é o Estado? Qual é o  
584 Município? Como é que a gente trata isso? Quem está tratando disso? Como é que está sendo visto isso? Então, é um  
585 processo que é fundamental nesse debate. Como é que a gente faz? Aí não quer fazer, porque você tem que discutir  
586 com cartório, e às vezes a área não é área pública é área privada, é um monte de coisa, e você não enfrenta o debate,  
587 porque você está dado. Hoje, nós temos uma regulamentação desse processo, que é da regularização a partir da Minha  
588 Casa Minha Vida, foi uma discussão que nós fizemos aqui e aqui está vários companheiros de outros segmentos que  
589 sabem disso. O que nós tratamos pra que essa questão da regularização, regulamentasse dentro desse processo da  
590 Minha Casa Minha Vida, a questão da regularização fundiária. Então, hoje nós estamos parados. Hoje nós temos  
591 critérios, está estabelecido para fazer isso. Eu vejo de uma forma que não dá pra gente não estar amadurecendo e  
592 aprofundando num debate da função social da propriedade, tratar alguém que venha discutir isso e aprofundar a  
593 regularização fundiária para esclarecer, para ajudar neste debater, porque muitas políticas da mobilidade urbana. Como  
594 é que está o processo da mobilidade urbana? O que vocês querem aqui? Vocês querem o VLT – Veículo Leve sobre  
595 Trilhos? Querem o metrô? Querem o transporte público? Entendeu? Essa é uma questão de como vocês querem o  
596 tipo de calçada, como é que se dá o processo. É muito bom hoje impermeabilizar tudo. Esse é o processo, nós  
597 queremos tudo impermeabilizado, para toda chuva ir para os nossos rios e depois retorna para nossas casas de volta,  
598 porque agora é o retorno, não é mais a falta do asfalto. Hoje é o retorno do fluxo da água, porque não se trata a  
599 drenagem, porque não se trata qual a capacidade que a gente tem de recebimento dessas águas fluvial e pluvial, que aí  
600 está nos planos de saneamento. Ontem eu estava no seminário de saneamento do Ministério das Cidades e tinha uma  
601 experiência aqui de Fortaleza sendo colocada, mas nós questionamos bastante essa experiência, que eu não sei se vocês  
602 já ouviram falar. O rapaz não sabia o que era processo de 5ª Conferência, e ele é o consultor dos planos municipais  
603 aqui. Tem a ARCE, que é responsável, a CAGECE e o pessoal aqui da Secretaria das Cidades, que eles estão  
604 responsáveis pela coleta de disponibilização dos dados e informações da elaboração dos planos diretores. Ele foi levar  
605 ontem a experiência aqui dos vários municípios que vão receber recursos do PAC, para tratar os planos municipais de  
606 saneamento. Chama-se Geraldo Basílio Sobrinho, da Agência Reguladora de Fortaleza, aqui do Ceará. Ele levou e  
607 colocou lá como está se dando e tal, e nós fizemos muito. Ele está em Limoeiro do Norte, Quixelô, Iguatu e Cariús.  
608 Não, ele foi lá colocar em Morada Nova a experiência, como é que se está dando o plano. Nós fizemos alguns  
609 questionamentos a ele. Para mim, esse plano não está tendo mobilização, participação. Eu perguntei: hoje, como é que  
610 está o processo de mobilização? “A gente chama uma banda de música.” E aí, entendeu? Sim, como é que está esse  
611 processo? Quem é que está participando no município? Como é que se dá? Então, é importante a gente perceber,  
612 porque depois nós vamos dizer no nosso relatório: Olha, o processo da participação, o processo do, olha só quando  
613 está um debate onde a gente discute a questão de tudo que está colocado aqui da função social da propriedade. Porque  
614 ela é uma coisa maior, ela não é a questão só, mas é você ter a cidade ali funcional para você. Os planos para nós é de  
615 suma importância, de saneamento, onde a gente vai tratar a questão da qualidade e também não é só do esgoto, da  
616 água. E a água como é que está sendo colocada? Como é que está sendo discutida? Gente! É uma coisa muito  
617 complexa, mas é de suma importância ser discutido. Então eu acho que é importante elencar o que o Estado acha que  
618 também pode priorizar, porque está tudo aqui. Imagina se você está construindo um sistema, se tem um Estado que  
619 aprofunda mais e leva uma proposta mais consistente pra avançar no sistema, não precisa também levar todas as  
620 propostas, todos os temas, mas de algo que seja importante. Eu acho que aí a gente pode ver também o que mais nós  
621 avançamos. E eu digo aqui, porque também temos muitas dificuldades, porque vocês sabem que aqui você está  
622 tratando de várias cabeças e concepções, quando você discute isso, e que você coloca no papel. Então, são questões  
623 que para um sistema desses, aqui estão tópicos da questão, mas para você aprovar um sistema desses, você tem que  
624 regulamentar num processo maior depois desse sistema, porque você tem que fazer amparos legais para cada questão,  
625 para poder as coisas também funcionarem. Agora, eu acho que o que mais a gente avançou por um processo da gente  
626 ter mais é a questão do controle social é onde a gente dá mais, pontua muito mais e faz com que ele seja pela  
627 experiência que a gente tem do SUS, experiência que a gente tem da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.  
628 Então, para nós foi muito mais fácil a gente trabalhar e concentrar muito mais a participação do controle social no  
629 texto, que vocês vão ver e nesse processo, porque ele é ainda realmente de muita pactuação, de muito debate, muitas  
630 concepções diferentes, que aí é isso mesmo. Esse sistema não vai ser o sistema que nós queremos com toda a  
631 determinação, ele vai ser de pacto, ele vai ser um momento onde ele já avança, onde a gente recua, para depois a gente



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

632 ir avançando no futuro, como é a lei do Sistema Nacional de Saneamento. Vocês não sabem o embate que nós tivemos  
633 no conselho, pra gente construir. Os companheiros aqui, a companheira do Movimento Nacional da União da  
634 CONAM, a gente estava lá, nós apostamos e fomos para o embate mesmo com os empresários, para dizer que eles  
635 não aceitavam certas questões. E a gente teve em algum momento, o próprio governo federal, o municipal, o estadual  
636 e as companhias. Vocês nem imaginam o que foi o setor privado vir pra dentro de reunião nossa, com advogado, com  
637 tudo, para argumentar contrapondo as nossas propostas, mas nós conseguimos. Então, não tenha dúvida que esse  
638 sistema também a gente vai passar por esse processo, mas é importante a gente saber. Então eu peguei mais assim,  
639 você sabe que o texto é denso, por isso que a gente colocou esses quatro eixos, para que aprofunde, porque ele é denso.  
640 E aí não é uma questão da gente ficar aqui lendo ponto por ponto e fazendo. Nem todos os eixos vejo que é  
641 importante da gente adequar, aumentar e suprimir. Agora, ele é isso, ele é aditivo, ele é de supressão e ele é de  
642 modificação. Então, a gente vai trabalhar isso para a questão da metodologia, da esquematização para a questão ser  
643 mais fácil e prática da gente tratar e da gente melhorar. Eu acho que eu já falei muito. Eu não sei se alguém tem mais  
644 pergunta, porque aí ele pode falar da validação. Inclusive, dos segmentos que é bom entender, que participa ou que não  
645 participa, quais são os segmentos que realmente compõe. Entendendo que os segmentos são por instâncias. Federais,  
646 que são as entidades nacionais. No Estado são as entidades estaduais e no município são as entidades municipais, pra  
647 não ficar fazendo confusão de representatividade. **SR. JOSÉ LINO FONTELES (Defensor Público):** Bom dia!  
648 Meu nome é Fonteles. Eu sou defensor público do núcleo de habitação. Observei atentamente aqui a fala e me tocou  
649 especialmente, quando ela fala de regularização fundiária. O regramento da regularização fundiária e da habitação não  
650 só no país, mas até nos tratados internacionais, ele é sobejo. Se a gente pegar e analisar e for fazer um trabalho  
651 acadêmico, eu acredito que não falta nada. Eu não me detive a isso, mas pelo que eu li e pelo que eu vi;  
652 academicamente nós temos todo o regramento, desde os tratados internacionais até leis municipais. Agora, quando  
653 você vai executar um processo de regularização fundiária, você não consegue fazer. E não consegue fazer por quê?  
654 Porque a gente não tem apoio das prefeituras, que efetivamente é quem tem que fazer esse processo. São as prefeituras  
655 municipais, porque elas que detêm o aparato não legal, mas o aparato, o instrumento, os técnicos para fazerem essa  
656 regularização fundiária, e nós esbarramos nisso. Até naqueles casos em que a defensoria pública faz as propostas, faz  
657 reuniões, a gente não consegue de forma nenhuma fazer uma legitimidade de posse e depois titular essa posse ao seu  
658 legítimo proprietário, depois de cinco anos, com registro em cartório. Primeiro, o prazo a meu ver absurdo, cinco anos.  
659 Então, uma vez feito o levantamento da posse, constatado o que já está nessa posse. Esse prazo, nós precisamos  
660 reduzir para um ano, dois anos. Não pode ser cinco anos, pois a pessoa esquece, a pessoa desiste de regularizar. E o  
661 Estado, se não for pressionado, ele não fará essa regularização, a prefeitura não fará essa regularização. Então, já que  
662 nós estamos nos preparando para uma conferência, precisamos pensar nisso. Tirar do papel, efetivar, nós temos que  
663 encontrar mecanismos nessas conferências para efetivar a regularização fundiária, porque hoje ela é impossível de ser  
664 efetivada. Era isso. (aplausos). **SR. JOSÉ VALRINETE PINHEIRO (Fed. Entidades Comunitárias de  
665 Solonópole):** Valrinete, eu sou de Solonópole. O que eu queria colocar naquela hora é a questão que hoje, até para a  
666 reforma que a senhora estava falando aí, as pessoas não têm como tirar o dinheiro do banco, porque a casa é da pessoa,  
667 mas não é. Então, até para uma reforma de uma casa ou refazer, aumentar, a gente sabe que o pessoal não consegue  
668 tirar, porque realmente não tem garantias para o banco. Então, é preciso que seja feito como o doutor está dizendo aí,  
669 uma coisa com dois anos que você mora numa casinha. **SRA. BARTIRIA:** Tem gente que não deve invalidar a  
670 conferência, porque são municípios que vão ficar para trás, que se organizaram, mas ficaram para trás, por causa de  
671 um cumprimento de data. A gente entende que não pode. Agora também o que não pode é uma conferência ser  
672 convocada dia 10 de maio, porque também já perdeu muito o prazo. Porque existe uma lógica também para o  
673 estabelecimento desse calendário, porque o Estado que tem que fazer essa sistematização das propostas de todos os  
674 municípios, um Estado com 190 municípios como é o caso aqui do Ceará, tem Estados maiores aí com 500, 800  
675 municípios, como é que ele vai ter um prazo do final de junho até 1º de julho para sistematizar todas as propostas,  
676 sendo que a conferência acontecendo antes, ele pode sistematizar, tem um prazo maior as conferências. Igual aqui já  
677 aconteceu doze, então a comissão preparatória já pode ir recebendo esse material das que aconteceram e já vai  
678 sistematizando. Agora se esse prazo for estendido além prejudica o trabalho e a etapa estadual. Mas é o  
679 posicionamento, aí é uma questão de posicionamento da comissão preparatória estadual, se válida ou não. O que os  
680 Estados e os municípios devem fazer. O poder executivo, no caso dos municípios essa etapa aí já foi superada. Ou o  
681 executivo ou a sociedade civil tinha uma prerrogativa de convocar, o executivo tinha até 22 de fevereiro, a sociedade  
682 civil teve o espaço de 23 de fevereiro a 30 de março. Tem que constituir a comissão preparatória e isso eu quero  
683 parabenizar aqui o Estado do Ceará, que vários municípios e o Estado têm mostrado que o processo está seguindo de  
684 acordo com o que está estabelecido no regimento nacional. Tem que elaborar o regimento interno da conferência,



**Governo do  
Estado do Ceará**  
*Secretaria das Cidades*

685 toda conferência tem que ter seu regimento e organizar e realizar conferência. Que aí é um papel mais da comissão  
686 preparatória, mas que também abrange o município que vai participar de suas respectivas conferências. Como se  
687 convoca uma conferência. Essa é uma continuação da etapa que já foi superada, que é por decreto, por ofício quando  
688 é pela sociedade civil, também pode usar dos mecanismos de divulgação, que é jornal de circulação no município,  
689 rádio comunitária. Os inúmeros mecanismos que existem para dar maior conhecimento para a sociedade podem ser  
690 utilizados. Agora vamos para a constituição da comissão, que tem que ter poder público em toda conferência, tanto na  
691 municipal, na estadual e na nacional tem que ter o poder público organizado, tem que ter a sociedade civil organizada.  
692 E na sociedade civil organizada nós temos movimentos populares, entidades de trabalhadores, empresários, entidades  
693 acadêmicas, profissionais e de pesquisas. Continuando nos segmentos. Os municípios que não tiverem todos os  
694 segmentos, igual ao que já foi colocado aqui antes, isso não é um impeditivo para que aconteça a conferência  
695 municipal. A conferência pode acontecer o que não pode ser desrespeitado é a proporcionalidade, por exemplo, o  
696 município só tem movimento social, trabalhadores e empresários. E aí os segmentos das ONGs e das entidades  
697 acadêmicas não teve representantes. O poder público não pode. Ah! Já que não tem o pessoal das ONGs no conselho,  
698 essa vaga que é das ONGs a gente vai indicar alguma pessoa do governo, não pode. O pessoal do movimento social  
699 também não. Ah! A ONG não está usando, então nós vamos indicar uma pessoa para representar, vamos pegar essa  
700 vaga da ONG para somar no nosso segmento. Também não. Cada um dentro da sua proporcionalidade. Como se  
701 elabora o regimento interno da conferência. A base das conferências estaduais e municipais é o regimento nacional. Aí  
702 cada comissão preparatória elabora seu regimento, lógico que na constituição do regimento estadual, municipal tem  
703 algumas especificidades de cada Estado e de cada município, mas não pode contrariar o que está no nacional. E aí tem  
704 o regulamento da conferência também que precisa ser feito. Além disso, deve conter formato e duração da conferência,  
705 bem como a forma da escolha dos delegados. Aí já é o regulamento que tem que estabelecer os critérios que serão  
706 utilizados naquela conferência, para ficar bem claro. Durante a realização da conferência não ter confusão é bom para  
707 as conferências estaduais não invalidarem uma conferência no município, porque o fato de invalidar não é invalidar só  
708 a conferência, enfraquece a discussão no município sobre o assunto, não é só o processo. O executivo pode decidir  
709 sozinho? Não. As decisões devem ser tomadas por maioria dos votos da comissão preparatória responsável pela  
710 realização da conferência. Isso quer dizer o que? Na constituição da comissão preparatória não pode imperar só a voz  
711 do poder público, tem que haver consenso. Dentro da Comissão preparatória as decisões têm que ser consensualizadas.  
712 Se houver maioria da sociedade civil organizada, o poder público vai ter que seguir o consenso que foi definido, e não  
713 impor a sua vontade. Igualmente a sociedade civil. Qual o número de delegado em cada etapa? O número de delegados  
714 já está fixado. Fica a critério das comissões preparatórias estaduais, estabelecer o número de delegados tanto para a  
715 etapa estadual, quanto municipal, que esteja em sua jurisdição. Tais informações devem estar presentes no regimento  
716 interno. O número de delegados das conferências da eleição da estadual para a nacional esse número é fixo, isso aí já  
717 está afixado no regimento interno da nacional. Os estados vão definir esse número para os seus municípios. No seu  
718 regimento interno ele tem que prever: o segmento tal vai poder eleger tantos delegados, e isso tem que estar previsto  
719 no regulamento e no regimento. Um segmento que não conseguir eleger todos os delegados a que tem direito pode  
720 fornecer vaga para outro segmento? Não pode. Cada um no seu segmento. Deve ser obedecida a proporcionalidade  
721 prevista no artigo 17 da 5ª conferência, não devendo passar do que está ali descrito. Esse artigo 17, ele coloca a  
722 proporcionalidade na constituição da comissão preparatória, na eleição das entidades, dos conselhos estaduais e  
723 municipais. Então, ele é o parâmetro no quesito proporcionalidade. Onde se falar em proporcionalidade, tem que se  
724 pegar o que está no artigo 17 que é 42,3% do poder público e 57,3% para a sociedade civil. Aí dentro da sociedade  
725 civil tem 26,7% para o movimento social, 9,9% para os empresários, 9,9% para os trabalhadores, 4% para as ONGs,  
726 tem que seguir aquela proporcionalidade. Outro problema que não pode acontecer é a entidade de um segmento votar  
727 em entidade de outro segmento. Cada segmento em reuniões separadas votam nas entidades do seu segmento, não  
728 pode haver votações em entidades de segmentos diferentes votando em entidades de outro segmento, não pode. Cada  
729 segmento irá definir a forma dos delegados a que tem direito, sem a interferência de qualquer outro segmento. O que  
730 acontece: os empresários, eles têm uma forma de definir a eleição do segmento deles. E o movimento social pode ter  
731 outro, mas isso tem que ser um consenso dentro do segmento. Não quer dizer que a forma que é feita pelos  
732 trabalhadores tem que ser repetida pelos movimentos sociais. Não há essa vinculação, mas o que tem que haver é o  
733 consenso dentro dos segmentos tem que sair dali uma decisão que atenda a preferência da maioria daquele segmento.  
734 Como se divide a participação do poder público. O poder público dentro dos 42%, 2/3 das vagas é reservada para o  
735 executivo e 1/3 para o legislativo do seu município. Então, dentro da proporcionalidade do poder público, ele faz essa  
736 divisão: 2/3 para o executivo e 1/3 para o legislativo. O Judiciário poderá participar da conferência, só que não há  
737 previsão de vagas para o poder judiciário, mas ele pode participar, pode contribuir. Aliás ele pode contribuir bastante.



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

738 Agora outra coisa que eu queria comentar aqui é sobre a sistematização, que é quanto a questão da elaboração das  
739 propostas. As propostas, elas dentro do texto lá tem os limites estabelecidos, 30 propostas para o texto base, 10  
740 propostas para o texto de prioridades do ministério e de propostas das conferências estaduais e municipais. É  
741 obrigatório enviar todas as 30? Todas as 10? Não. É até 30, até 10. Se o município ou o Estado quiser mandar 15, pode.  
742 Mas, não pode mandar mais de 30, dentro do limite de cada um. Outra questão da sistematização que tem sido motivo  
743 de várias perguntas é quanto ao texto do ministério. Várias pessoas dizem que a prioridade ali, por exemplo, ah! Não  
744 estou vendo dentro das prioridades do ministério nada que atenda o meu município. Faça uma proposta sobre isso,  
745 criticando o texto das prioridades do ministério. Coloquem a proposta, mas também indique: não, o meu município  
746 não está sendo contemplado nesse texto de prioridades, eu acho que deveria ser colocado isso e isso. Aí faça uma  
747 proposta aditiva ou então modificativa. Não, gostaríamos que o texto do ministério contemplasse mais a política que  
748 precisa ser implantada nos municípios. Era só isso. Agora vamos abrir aqui para o debate, quem tiver perguntas. **SRA.**  
749 **VIRGÍNIA FERREIRA (Movimento de Lutas nos Bairros e Favelas - MLB):** Você falou que não precisa ter  
750 todos os segmentos. Caso alguns municípios, que acontece muito, isso é mais comum nos municípios do interior, não  
751 tenham movimento popular, essa conferência vai ser validada? Porque não tem a obrigatoriedade de todos os  
752 municípios. **SRA. MARIA GORETE FERNANDES (Fed. Ent. Bairros e Favelas de Fortaleza e Membro do**  
753 **Conselho Estadual da Secretaria das Cidades):** Normalmente Virgínia, não tem o de empresário ou os federais,  
754 normalmente. E tem também um grande problema que eles ficam muito em dúvida: Quem é ONG e movimento  
755 popular, porque aí quando chega lá nos municípios, todas as entidades querem ser movimento popular, e nós  
756 precisamos saber quem são mesmo as ONGs, quem nós vamos classificar como ONGs e o movimento popular,  
757 porque aí fica uma briga. As ONGs querendo tomar o canto do movimento popular, porque já que é 26% aí ficam  
758 querendo. Eu tenho duas dúvidas, por exemplo, você colocou que os delegados são aqueles que estão lá e que foram  
759 eleitos pelos seus segmentos. Mas, nas nossas conferências municipais, principalmente nos interiores, quase todos, as  
760 conferências se dão nem todos têm aquelas prévias para tirarem os delegados para irem. Então, eles são feitos a partir  
761 do número de delegados tira a porcentagem de cada um e aqueles que vão chegando vão sendo delegado dentro  
762 daquela meta. Então assim, aí atingiu a meta, então aqueles são convidados, a partir de atingir a meta da porcentagem  
763 são convidados. A outra questão é voto em segmento. Isso é uma coisa que a gente tem trabalhado muito. Mas tem  
764 uma coisa, eu tenho um município que só vai tirar dois delegados. Então o que é que nós estamos orientando, fica  
765 difícil, pois um é poder público o outro é segmento. A gente até diz, o movimento popular, como são 26%, ele tem a  
766 maioria, mesmo colocando os outros, ele fica em maioria. Então, o que é que a gente está fazendo? Os outros  
767 movimentos não se sentem senão votarem naquele movimento que vem um único delegado pela sociedade civil, eles  
768 querem também participar dessa escolha, mesmo que seja votando no movimento popular, eles querem. Então, eu  
769 pergunto aqui para você: como que a gente faz isso? Diz para os outros segmentos, vocês não tem mais delegados, só  
770 quem tem é o movimento popular. Eu estou fazendo assim, eu estou dizendo, eu sei qual é a verdade, mas eu quero  
771 que vocês digam também, porque tem outros municípios aqui. Então assim, são dois delegados, um é poder público e  
772 o outro? Como é que se faz isso? **SR. LEONARDO PALMEIRA (Representante do Ministério das Cidades):**  
773 Olha, nessa questão tem que está... por isso que eu falei da clareza do regulamento. O regulamento tem que ser claro.  
774 Se estiver lá que vão ser dois delegados e um pelo poder público e o outro pelo movimento social, isso foi já  
775 consensualizado na comissão preparatória e a conferência tem que respeitar o que está já no regulamento. Então, o  
776 movimento social vai poder votar no do segmento. Agora, a questão que ela colocou são pessoas de outros segmentos  
777 que querem poder.... Vão ter que fazer isso que a Bártira falou, referendar. O restante dos outros segmentos que não  
778 podem votar nesse segmento, eles vão falar: não, a gente não concorda. Vão ter que alterar ou então refazer a votação.  
779 **SRA. BARTÍRIA LIMA DA COSTA:** Eu acho que tem que ficar bem claro o seguinte: primeiro, porque a votação  
780 para tirar delegado para estadual... Não, é delegado para participar da conferência estadual para a nacional. O mesmo  
781 processo acontece do município para o estado e do estado para a nacional. Então, o processo é o mesmo. Então é por  
782 segmento, e aí ninguém pode interferir nos segmentos. Se tem aqueles segmentos, se tem três e só tem uma vaga, três  
783 vão se reunirem e vão definir quem é o delegado. Não resta dúvida. O problema, eu não posso dizer o seguinte: olha,  
784 como eu não votei você não é delegado. Não é isso. É por segmento. Se não tiver o segmento é porque já foi colocado.  
785 Não sai delegado e não se substitui para a vaga de ninguém. Então, movimento popular não pode ocupar vaga de  
786 ONG, a de ONG não pode ocupar vaga de movimento popular, o movimento popular não pode ocupar vaga do  
787 executivo lá do governo. Tem gente que quer para sair delegado, aí de repente ele é governo. Aí está lá com crachá de  
788 governo e o cara é cara-de-pau a gente sabe que ele lá no movimento de outra entidade. Isso não pode. Isso a gente  
789 está colocando como regra. Não pode. E aí sim, a alguém pode vetar. Aí numa votação que chega lá e apresentar os  
790 delegados, porque se apresentam: Oh! Foram tirado os delegados do movimento tal e tal, e alguém se apresentar que



**Governo do  
Estado do Ceará**  
*Secretaria das Cidades*

791 não é daquele segmento e foi delegado aí sim, aí a conferência, os delegados podem dizer assim: eu não concordo,  
792 porque ele tem o direito de dizer que ele não representa. Ele tem que comprovar que ele representa aquele segmento.  
793 Para evitar isso é que a gente está dizendo: não pode substituir outro segmento. E não tenha dúvida. Ela pergunta uma  
794 questão do movimento social. Para nós é primordial, para validar essa conferência, que você pelo menos tenha três  
795 segmentos para validar, você não pode ter dois. O mínimo que você tem que ter para alcançar. Porque é isso que eu  
796 digo: a associação de moradores tem, nem que seja rural, seja de outra, você coloca e então você valida, você vai  
797 buscar. Uma coisa é o seguinte: a Igreja é que ela não participa quanto entidade. As igrejas, como ONG, elas não estão  
798 dentro desse espaço e é o que mais se tem. Antes tinha um processo que a gente entendia que eles estavam dentro das  
799 ONGs, mas as ONGs disseram que elas não estão. E aí a gente tem que ver agora na conferência, porque no conselho  
800 nacional, a Cáritas está como ONG. Então, para a 5ª conferência foi colocado pela validação isso e foi aprovado.  
801 Então, nós temos que buscar, porque geralmente a Cáritas ela é uma ONG dentro do seu aspecto, então ela compõe  
802 dentro da ONG. Então, nós temos que ver quem é quem nesse processo. Por isso eu acho que tem que ver bem,  
803 porque é diferente da Igreja Batista, porque eles podem participar quanto pessoas, mas eles não são aglutinados por  
804 uma entidade. A Cáritas é um órgão que ela aglutina, por isso que está. Então, por isso que está sendo discutida essa  
805 questão. Então, essa questão é que vem indefinida, mas nós temos para validar não dá para ser só o poder público, não  
806 dá para ser só sindicato, não dá para ser só o movimento social e não dá para pelo menos você três segmentos. Agora,  
807 não dá para dizer que se não tiver os sete, aí você vai invalidar e não é isso que nós queremos. Nós queremos o  
808 processo para chegar até a estadual, porque o processo da estadual é que vai nos dar todo o amparo pra gente chegar  
809 na nacional. Então, é um pouco a gente ter jogo de cintura, a gente também não engessar por um processo que tenha  
810 critérios mesmo, mas respeitando, mas também entender e organizar melhor o processo pra gente não fazer com que...  
811 Porque a validação, ela é importante. Então, quem está em cada comissão deve olhar com esse olhar de não ser um  
812 olhar de dizer que tudo está certo, mas ter um olhar também para entender a realidade daquela situação, sem substituir  
813 os segmentos por outro segmento. Esse é um processo que a gente está sendo rígido com a validação, porque a gente  
814 tem tido muitos problemas na conferência de chegar um monte de situações e a gente não conseguir, e aí quando é na  
815 hora de tirar delegado para a participação do conselho, a gente tem muita dificuldade. Então, a gente tem que começar  
816 a melhorar daqui da base, lá de baixo, para poder quando chegar até a nossa finalidade nacional, a gente não ter os  
817 problemas maiores. A gente vai aprendendo conforme o espaço que a gente vai construindo e cada vez mais a gente  
818 vai organizando melhor. **SR. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DA SILVA (Secretário Executivo do**  
819 **ConCidades):** Isso que você fala, Bartéria, nós já orientamos muito nos seminários. Eu acho que essa questão da  
820 proporcionalidade da representatividade nos segmentos, a gente ajustou bem isso aí. As dúvidas eram só com relação,  
821 por exemplo, quanto a questão da igreja. E também a gente deixou claro, não a igreja se ela tiver entidade que  
822 representa, aí ela representa. Se vier a Igreja Batista e tiver uma entidade que faz um trabalho e que é uma entidade, ela  
823 vai ter representatividade, não é só fazendo com a Igreja Católica, mas está aberta a qualquer igreja, desde que ela  
824 prove que ela tenha uma representatividade num desses movimentos que ela trabalha. A outra coisa é eu acho que  
825 muita gente está aqui também na expectativa de como é o processo da elaboração das propostas dentro daquele  
826 padrão que foi enviado pra gente, que é o relatório. Tem as trinta propostas, cada uma tem todos os eixos que você  
827 escolhe e define a proposta. Aquela proposta ali, ela vai significar uma mudança dentro dos textos ou é uma proposta  
828 simplesmente que é colocada naquilo que o pessoal está vendo como sendo dentro do eixo e vai fazer a proposta,  
829 porque depois quando a gente for sistematizar vai ter problema, porque o pessoal está interpretando de formas  
830 diferentes. **SR. LEONARDO PALMEIRA (Representante do Ministério das Cidades):** Voltando um pouco na  
831 questão do segmento, na votação, quando são só duas vagas, isso já foi aceito na definição do regulamento, que é  
832 composto por todos os segmentos que existem naquele município. Então, se foi aceito ali, não vai ser durante a  
833 conferência que vão mudar. Então é o que Bartéria falou: mantém. A questão que ela falou da falta de segmentos,  
834 movimentos sociais, eu acho que é o único movimento que não fica sem participar de uma conferência, o que não  
835 existe que um município não pode falar que não existe. (intervenção fora do microfone). Não se manifestar para  
836 participar. Não representa ali dentro do município o segmento, ele existe, mas não é atuante, é isso? **SR.**  
837 **FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DA SILVA:** É por isso mesmo que nós orientamos que na constituição da  
838 comissão preparatória tivesse pelo menos quatro segmentos, para poder evitar esse tipo de coisa, porque os próprios  
839 segmentos iriam se encarregar de mobilizar seus segmentos para participar da conferência e tudo. Que é o segmento  
840 que vai está lá também na conferência. Então, isso aí não vai acontecer, porque a orientação que foi dada é essa: toda  
841 vida que chega a Portaria, a gente olha se os segmentos estão lá. E o pessoal está tirando dúvida disso antes de mandar  
842 e não está mandando simplesmente, porque nós tivemos essa preocupação de colocar na comissão organizadora, os  
843 segmentos que existem no município, para poder ele também ajudar na mobilização da conferência. (intervenção fora



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

844 do microfone). Não, aí eles podem ir até a conferência, mas, por exemplo, da comissão, se eles não se manifestarem é  
845 porque não interessou a participar. Então, não pode reclamar durante a conferência de que não foram convidados a  
846 participar disso. Então, são todas as formas que nós encontramos de garantir a participação dos diversos segmentos,  
847 para que na hora da conferência, ele não tivesse que ficar reclamando que não foi convidado. Não pode reclamar,  
848 porque foi convidado para ir para a comissão organizadora e não foi. Mas, na conferência, se ele foi, ele vai ter o  
849 direito de expor as questões dele. **SR. LEONARDO PALMEIRA:** Essa questão da proporcionalidade. O processo é  
850 democrático do início até o final. Na constituição da comissão existe a proporcionalidade, e aí essa comissão que  
851 elabora o regimento. Então, se fosse para questionar isso, seria na elaboração do regimento do regulamento. Na  
852 conferência é a discussão já do temário da conferência, não é mais para discutir questão burocrática e de participação.  
853 Se o regulamento foi aprovado dentro daquele município, pela comissão que é constituída e foi reconhecida, acabou.  
854 Não é na conferência que vai ser discutido isso. Agora, a questão das propostas. **SRA. BARTÍRIA LIMA DA**  
855 **COSTA:** Só também para deixar claro o seguinte: que como o Estado estabeleceu já dentro do seu próprio regimento  
856 que os decretos têm que vir com eles, então a validação tem que observar para saber se foi cumprido, que é para esses  
857 questionamentos na conferência não ter: ah! Mas não tinha segmento tal. Então, vamos ver o que ocorreu, porque o  
858 Estado está fazendo o correto. E isso também para nós é importante, ele estabelecer, por isso que eu estou dizendo:  
859 quando o Estado entende o processo, ele ajuda e facilita, ou seja, já dá uma regra dessa participação, pra gente não  
860 chegar aqui e dizer: ah! Mas aí você não teve. Ah! Mas por quê? Aí outro segmento, não. O Estado diz: somos quatro,  
861 mas pela diversidade, pela problemática e etc. Então, vamos estabelecer um critério que é de quatro. Então, esse edital  
862 tem que está publicado com a comissão dessa forma. Que aí bem, não é possível se você está na sua comissão e não  
863 mobilizou então, por favor! Aí não vamos aqui na conferência querer questionar. A gente vai colocar a questão da  
864 metodologia, que é para ver o que é que tem de dúvida ainda, Francisco, ali na questão das propostas. **SR.**  
865 **LEONARDO PALMEIRA:** Voltando uma questão importante, que no histórico das conferências sempre a  
866 discussão é a questão das igrejas. Aqui não há nada contra pastor, padre, pai de santo, budista, o que for. É porque a  
867 área de discussão da conferência é desenvolvimento urbano. Isso não impede ao padre participar. O padre pode ir lá e  
868 participar da conferência, não tem problema nenhum. Só que a entidade igreja, ela não pode ser eleita por causa de  
869 dois problemas. O primeiro, que o Estado é laico. Então, por exemplo, se uma entidade da igreja católica for eleita,  
870 uma entidade da igreja evangélica pode querer questionar isso na justiça, e aí pode invalidar um conselho que foi  
871 constituído ou uma conferência, porque o judiciário pode entender: Oh! O Estado é laico, porque está tendo dentro  
872 de uma questão de política urbana preferência por uma entidade, porque se for para eleger entidade vai ter que eleger  
873 todas e não uma ou outra. Então tem esse problema. E outra, tem que ser entidade que tenha área de atividade, com  
874 finalidade na área de política urbana. Igreja, a essência dela não é essa. A essência da igreja é cuidar do espírito, do bem  
875 estar social, da solidariedade. A questão urbana também toca um pouco nisso, mas não é a essência. Então é por isso  
876 que a igreja não pode. (fala longe do microfone). **SR. JOSÉ LINO FONTELES (Defensor Público):** Fonteles,  
877 defensor público. Nós estamos encontrando um problema sério nas respostas que foram dadas aqui na frente, com  
878 relação à proporcionalidade, que não ficou esclarecida. Primeiro: quase a maioria dos nossos municípios vão eleger  
879 dois delegados, segundo a proporcionalidade. Então, se a gente não admitir que um segmento vote em outro, nós não  
880 teremos como eleger validamente os delegados. O poder público: você vê 2/3, o Executivo, e 1/3, o Legislativo. Mas,  
881 nós só vamos ter um delegado do poder público. Então, o poder público vai ter que fazer o seu acordo, antes ou  
882 depois, para eleger um delegado do poder público, seja do executivo, seja do legislativo. Segundo ponto: se uma  
883 entidade de trabalhadores não puder votar numa entidade de movimento popular, e a gente não conseguir chegar a um  
884 consenso, ficaríamos então sem o delegado da sociedade civil. Não podemos admitir isso, pois seria uma interpretação  
885 esdrúxula. Então, nós vamos ter que a comissão, o conselheiro que tiver dando a sua orientação na data da conferência  
886 municipal, tem que admitir isso. E a nossa comissão aqui vai ter que validar, porque senão, nós vamos ficar sem  
887 delegado municipal para formar os delegados da estadual. Então, há necessidade, e aí eu queria que vocês colocassem  
888 essa questão mais clara, porque para mim ela não ficou ainda bem esclarecida. Há necessidade sim dos segmentos da  
889 sociedade civil se unirem, para escolher um delegado. E há necessidade dos segmentos do poder público se unirem,  
890 para indicar um delegado do poder público. Era isso. **SR. LEONARDO PALMEIRA:** O pensamento dele está  
891 correto. É porque essas duas vagas caíram no que ele falou: acaba que eles têm que votarem juntos. Quando é só duas  
892 vagas por município tem que acabar segmentos diferentes votando no mesmo segmento ou pelos mesmos segmentos.  
893 **SR. FRANCISCO DAS CHAGAS LOPES DA SILVA:** É porque na prática, numa conferência existe a assembleia  
894 geral que decide. Se no regulamento da conferência está definido que se o segmento A não tem representante ou B  
895 não tem e C não tem, os segmentos que estão presentes é que decide quem é que vai ser delegado. É uma coisa.  
896 Quando tiverem todos os segmentos, cada segmento vai indicar um nome, e no final, se só tem duas vagas, quem vai



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

897 decidir é o plenário. Quem é a proporcionalidade maior de movimento e de sociedade, então o movimento de  
898 sociedade vai ter que votar nos candidatos que estão se apresentando ali para tirar quem é que vai ser o delegado.  
899 Então não tem dificuldade. Se só tiver dois, não tem problema. Se tiver três, aí decide quem é o melhor para ser  
900 representante. É o plenário. **SR. LEONARDO PALMEIRA:** Obrigado, Kico (Francisco Lopes)! Correto. Aí não é  
901 mais segmento votando em outro segmento, mas é o plenário que está decidindo, consensualizando. Agora vamos  
902 para a questão que já veio da comissão preparatória e já veio do regulamento. Na questão das propostas existem  
903 quatro eixos temáticos. **SRA. BARTÍRIA LIMA DA COSTA:** Esse aqui é a metodologia nossa, da conferência. Esse  
904 é o processo da metodologia que está aqui. E aqui no processo da metodologia, que vocês vão perceber quais são os  
905 textos que a gente vai apresentar. Então, o que é que vai apresentar o primeiro? É o texto base, que é o que vocês vão  
906 discutir. É o texto base. Aí depois tem o texto do Ministério das Cidades, que aí vocês vão preparar as propostas. E  
907 tem o texto das discussões das prioridades municipais e estaduais. Esse é o que vai ser baseado para tirar as propostas.  
908 Aí vamos lá ao final das propostas, porque a gente já discutiu. Aí vamos das conferências municipais. Então, você  
909 discute o texto base. A gente colocou que vocês podem fazer em grupo. Isso também não é uma regra, mas pode ser  
910 em grupo. Aí você vai ver os temas, os quatro grandes temas. Aí esses temas vocês já sabem o que é que é, que é  
911 aditivo, supressiva e modificativa. Quem tiver sido aprovado em plenário, o limite é até trinta emendas, contemplando  
912 os quatro temas, que são aqueles quatro temas do texto base que está em função social da propriedade, controle social,  
913 o fundo, que nós falamos logo no início, que são os quatro eixos do texto base. Até isso que o Leo falou não tem que  
914 ninguém, se não tiver trinta, se tiver só dez, se tiver vinte, então são essas vão ser aprovadas. Então, vocês vão pegar o  
915 texto só para discutir o que é que vocês querem fazer de emenda aditiva, supressiva ou modificativa. É o texto base  
916 dentro dos quatro eixos que foram colocados, e aí vocês podem ver. Aí vocês vão enviar que vão preparar toda essa  
917 proposta, sistematizar. Cada comissão tem a sua comissão. A comissão organizadora da conferência municipal tem  
918 uma comissão de sistematização, e dessa metodologia que aí vocês podem adequar e tudo. Nós estamos dando como  
919 orientação, para que façam. Era um texto e nós temos a Isabela lá no Ministério, e ela preparou em um gráfico que  
920 ficou melhor pra gente mostrar pra vocês. Aí você envia, essa comissão de sistematização da comissão do município  
921 vai pegar as propostas, dessa daí do texto base. Aí vem a dinâmica das prioridades do Ministério das Cidades. É por  
922 etapa, portanto, eu lá fiz o debate, foi em grupo ou foi em plenária como, colocou, fiz o aditivo, a supressão ou  
923 modificação do texto base. Aí quando eu chego no documento do Ministério, aí eu vou ver quais são, em grupo,  
924 contendo até dez propostas. A do texto base, a gente estabeleceu até trinta, até por entender da complexidade que é a  
925 política do sistema, e dar oportunidade para que se faça emenda, para que se colabore mais. E do ministério, até dez  
926 propostas também, porque vocês vão discutir qual são as dificuldades, o que é que vocês querem, o que é que vocês  
927 acham, o que é que pode melhorar, se vocês concordam com aquilo. Então, fica a critério de fazer até dez propostas  
928 também, votadas e aprovadas no plenário. Claro que vocês discute em grupo, leva e depois o plenário aprova até dez.  
929 É o regulamento do município que vai dizer quantas propostas em grupo vocês vão aprovar, para você estabelecer dez,  
930 para não levar tanto número e tal, porque aí dificulta mais você escolher de cinquenta, escolher dez. Essas questões  
931 todas. Então, vocês veem as prioridades do município e do Estado. Aí aquele documento que orienta e que faz  
932 perguntas, você pode melhorar e etc. Eu vou até mostrar o documento, se alguém ainda não viu, ou já tem, eu tenho  
933 certeza que aqui tem, porque como está bem organizadinho, já deve ter trabalhado isso nas conferências que já  
934 ocorreram. A política de desenvolvimento urbano que vocês pensam de prioridades municipais e estaduais. Então,  
935 vocês vão preparar o relatório. Claro que aqui a gente colocou cada um, mas nesse aí, vocês vão juntar e vai ser um  
936 relatório único que vai mandar de acordo com esses três textos que foram colocados, para vocês colocarem as  
937 propostas e encaminharem. O Municipal tem autonomia para preparar o texto base próprio, que a gente já falou que  
938 nós não vamos engessar dentro da sua realidade, dentro do que vocês querem discutir. Aí envia para a conferência  
939 estadual e nacional. Aí o que a gente vai falar depois é o que é que é municipal. Vai ficar nos anais, mas ela não vai ser  
940 fruto de debate na nacional. O que vai ser é fruto de debate no vai ser aprovada na estadual. Depois vem o processo  
941 dos cadastros dos delegados, pra conferência. Aí já se coloca o conselho municipal, onde tem o conselho, porque  
942 similar não é dizer que é outro conselho, porque tem Estado que chama conselho de desenvolvimento urbano, mas  
943 dentro do critério do conselho das cidades. Outros chamam de cidades. É o conselho mesmo que estabelece quanto  
944 ao critério que tem todos os segmentos. Há Estados que ele não chama de Conselho Estadual das Cidades, chama  
945 Fórum, Conselho de Planejamento Urbano. O que determina não é o nome, é a questão da atuação. A eleição é das  
946 entidades, não é nem do conselho, são das entidades que são eleitas, que aí vão fazer o processo para a participação. Se  
947 o município já tem o conselho, nesse dia ele vai também eleger as suas entidades que vão compor o conselho. No  
948 Estado, a mesma coisa. E isso também não é regra, digamos, se o conselho da cidade aqui não está no período de  
949 renovar, então no conselho. Talvez não seja eleição, mas a regra ainda no conselho nas conferências é que se renove ou



**Governo do  
Estado do Ceará**  
*Secretaria das Cidades*

950 se ele mantém a eleição dos seus delegados. A gente até pensa no futuro tem uma discussão que a gente já está  
951 discutindo, para evitar que fique na conferência o pessoal discutindo quem é que vai participar, porque acaba não  
952 participando muito do processo do debate da conferência, e acaba ficando só discutindo quem é que vai participar, e aí  
953 acaba isso inviabilizando o processo. É de desvincular como o da saúde. O da saúde, a eleição é posterior, depois da  
954 conferência. A conferência discute os temas, as temáticas, tudo, tira as diretrizes e etc. Num outro processo se discute  
955 a eleição. É um processo já bastante avançado. Nós vamos chega lá um dia, mais avançado também. Aí o que a gente  
956 tem que colocar aqui, que é a dinâmica. Então, aí já é na conferência estadual, que é a mesma coisa. Então, consolidou  
957 as propostas que já foram. Então no Estado, você vai já consolidar esses documentos, você também vai fazer um  
958 documento se você vai modificar, se você vai fazer supressão, porque o texto base, ele só pode ser disso, ele não pode  
959 ser de outra forma. (fala fora do microfone). Exatamente! Não pode. É isso que eu estou dizendo. Aí é a  
960 sistematização que vai estabelecer. (Fala forado microfone). Vai trabalhar! Pra isso tem uma comissão de  
961 sistematização, para isso vocês têm um regulamento, para isso vocês têm uma data prevista para entrega do prazo,  
962 assim como a nacional tem um prazo para que o Estado mande, pra que a gente tenha tempo hábil de consolidar o  
963 documento, de ver quais foram as propostas que vieram, quais foram as propostas colocadas, porque isso é que você  
964 vai trabalhar. Se você ao tiver um prazo para dar para os municípios, estabelecer pra que eles mandem, aí não dá para  
965 ficar no dia. E nós sabemos que pode ser que venham muitas propostas, como você falou, e nós também pensamos  
966 em cálculos quanto seria de cada proposta que viesse, qual seria o número, como que a gente estabeleceria. Mas,  
967 também a gente não poderia restringir para menor número, principalmente do texto base, porque tinha gente que  
968 queria cinquenta, cem. Então, não foi fácil a gente chegar a esse número de trinta. Por isso, que a gente diz até trinta,  
969 não é uma questão que tem que ser trinta. Enem pode passar, porque a gente não tem como ter tempo para consolidar.  
970 O que é que você quer? **SR. LEONARDO PALMEIRA:** Gorete, eu entendi a sua pergunta! Por exemplo, chegaram  
971 trinta propostas sobre fundo nacional de desenvolvimento urbano, um eixo. A comissão vai pegar essas trinta  
972 propostas. É do texto base, o fundo. Aí chegou lá cem propostas sobre fundo nacional de desenvolvimento urbano, a  
973 comissão de sistematização vai pegar, por exemplo, pode ser que a pessoa colocou a proposta aqui no formulário,  
974 falando sobre o fundo nacional de desenvolvimento urbano, mas na verdade, a proposta é sobre a função social da  
975 propriedade. Então, a comissão vai ter que sistematizar essa proposta, colocar ela de acordo com o eixo e aí levar para  
976 o plenário da estadual, que aí vão estar as propostas sistematizadas, e aí o plenário da estadual vai fazer. **SRA. MARIA**  
977 **GORETE FERNANDES:** Vamos dizer de repente chegam aí duzentas modificações, ou seja, de que for dentro dos  
978 textos e tudo. Aí o Estado vai trabalhar isso. Mas, ele também só poderá mandar para o nacional, trinta. Aí nós temos  
979 que juntar tudo e só mandar trinta, mesmo das trezentas ou quinhentas que vierem! **SRA. BARTÍRIA LIMA DA**  
980 **COSTA:** Aí depois que vocês consolidarem, depois que vocês virem o que é que está próximo, porque tem proposta  
981 igual. E aí depois que vocês fizerem tudo isso, que é para isso o papel da sistematização, que é trabalhoso mesmo, tem  
982 que montar uma equipe, tem que ter gente que já esteja acostumada. Aí vão ser quinze propostas prioritárias,  
983 aprovadas pelo plenário. Aí é o relatório, e vocês vão aprovar quinze propostas no plenário, para mandar pra  
984 conferência. Então, aqui já aumenta, ao invés de dez já são quinze, do Estado para a nacional, do município para o  
985 Estado são dez e aqui são quinze. Na conferência estadual, a mesma coisa. Aí vai encaminhar o relatório, vai tudo e vai  
986 enviar pra nós. O texto base é por eixos. As quinze é só o documento das prioridades do ministério, então não tem  
987 eixo. É o documento que vocês querem tratar como prioridade. Correto? Vocês podem até dizer que vocês discutiram  
988 vinte, trinta, quarenta propostas, mas só vai ser aprovada quinze. Os municípios vão mandar dez. Digamos se eles  
989 mandarem todas dez, mas de todas as dez da consolidação, só quinze vai ser aprovada para mandar para a nacional, do  
990 estado para a nacional. Por isso que a sistematização no Estado é importante do que venha do município, assim como  
991 também o trabalho que a nacional vai ter de receber dos Estados, as quinze, as trinta lá dos eixos, porque é cada eixo  
992 pra sistematizar, pra aprovar na plenária final da conferência, que é que vai ter o caderno de consolidação da  
993 conferência. Como vocês do Estado vão ter um caderno de consolidação do que foi aprovado. O que é do município  
994 fica no município, o que é do Estado fica no Estado, o que é para a nacional vai para o caderno nacional. **SRA.**  
995 **ISAURA MARIA GARCIA (Assessora Técnica da Secretaria Executiva do ConCidades):** Eu já ouvi ali de trás,  
996 trinta contemplando os quatro eixos e já ouvi trinta cada eixo. Esclareça, por favor.  
997 **SR. LEONARDO PALMEIRA:** é seguinte pessoal: trinta contemplando os quatro eixos. Vamos organizar  
998 aqui. O texto, ele possui quatro eixos de discussão, só que, além disso, o texto foi incluído um texto com prioridades  
999 do Ministério das Cidades, que aí sobre esse texto das prioridades do Ministério pode ser feito propostas, e sobre as  
1000 conferências estaduais e municipais. Na parte que compete ao texto base, que são os quatro eixos, podem ser feitas  
1001 trinta propostas, no todo. Por exemplo, a conferência pode pegar e fazer sete propostas do primeiro eixo, sete  
1002 propostas do segundo e dividir as outras dezesseis em oito, oito para cada vai dar as trinta. Ou então pode fazer trinta



**Governo do  
Estado do Ceará**  
*Secretaria das Cidades*

1003 propostas de um eixo, mas aí os outros três ela não pode mais fazer. Ou então ela divide quinze propostas para dois  
1004 eixos e os outros dois ficam de fora, mas são trinta propostas divididas pelos quatro eixos. E aí no texto do ministério,  
1005 são quinze propostas na estadual. Aí faz quinze propostas sobre aquele texto ali, e do outro, das conferências estaduais  
1006 pode fazer também, porque tem um número específico para cada texto. (Fala fora do microfone). **SR. FRANCISCO**  
1007 **DAS CHEGAS LOPES DA SILVA:** Olha! Nós temos colocado toda a documentação no site da secretaria, nós  
1008 vamos colocar também esse esquemazinho lá no site, onde tem conferência municipal, que é para vocês terem ideia,  
1009 porque tem lá o relatório, mas aí a gente vai botar esse esquemazinho, que já é mais didático. E vou pedir para o  
1010 pessoal da informática colocar isso hoje, pra poder também ter disponível para os municípios isso aí. Uma coisa que a  
1011 Bartéria falou aqui em relação as entidades, que a confusão é grande na hora da conferência para serem escolhidas, no  
1012 caso a estadual, para ficar no conselho e também representar a nacional. Nós estamos fazendo todo um levantamento,  
1013 viu Bartéria, desses dois anos de conselho ou três, as entidades que têm participado das reuniões, e que durante a  
1014 conferência brigaram muito para participar e fazer parte do conselho e ser representante do nacional e tudo mais.  
1015 Então assim, nós vamos fazer um levantamento e vamos expor isso na conferência, pra que as pessoas saibam quais as  
1016 entidades que tem mais atuação dentro do conselho, e aí possa escolher democraticamente as entidades que realmente  
1017 contribuem, e não aquelas que só querem estar durante a conferência e depois desaparece. Portanto, nós vamos  
1018 colocar isso como uma metodologia pra discutir na conferência estadual, as entidades que efetivamente participam do  
1019 conselho e que dão suas contribuições, e aquelas que só aparecem durante as conferências. Então, aí a conferência  
1020 decide quem escolher como delegado, porque aí fica mais fácil a gente trabalhar com um incentivo maior de quem  
1021 quer trabalhar, e de quem quer só aparecer nas épocas das conferências. (intervenções fora do microfone). **SR.**  
1022 **LEONARDO PALMEIRA:** Boa pergunta da Gorete, viu pessoal! Se durante a realização da conferência municipal,  
1023 já pode ser eleito o conselho municipal dos municípios que ainda não possuem conselho. O ideal é que isso aconteça.  
1024 Mas, para isso acontecer, o que é que tem que ser feito! Por exemplo, durante a conferência, além de fazer a discussão  
1025 das propostas, das modificações, das supressões ou das adições, também vai ter que já constituir o regimento interno  
1026 do conselho do seu município, já tem que elaborar esse regimento, e após a elaboração desse regimento, nesse  
1027 regimento vai ter que colocar proporcionalidades dos segmentos do conselho municipal, vai ter que dizer a quantidade  
1028 de representantes que esse conselho vai ter e quantas vagas esse conselho vai ter. E aí após a elaboração do regimento,  
1029 os segmentos vão fazer a eleição das entidades, porque a eleição para o conselho é de entidades, não de conselheiros.  
1030 Isso tem que ficar claro. Aí nos segmentos vai ser feita a eleição das entidades que vão compor aquele conselho. E aí  
1031 se isso for feito na conferência vai ser o ideal pelo seguinte: até pelo prazo de realização das conferências. O conselho  
1032 vai ser eleito e vai, por exemplo, na próxima conferência da cidade na sexta, na próxima conferência não vai precisar  
1033 mais constituir o conselho, e sim fazer a eleição para o próximo mandato do conselho. E aí vai casar direitinho com o  
1034 calendário das conferências nacionais. Então o ideal é que seja feita mesmo a eleição dos conselhos dos municípios  
1035 que ainda não possuem conselho, durante a conferência. **SRA. BARTÉRIA LIMA DA COSTA:** Mais um  
1036 esclarecimento, que é o seguinte: tem que está previsto no regimento, no regulamento o quê aquele município, além de  
1037 realizar a sua conferência, ele vai eleger, porque também senão tiver previsto, não pode chegar lá, porque tem que  
1038 prepara tudo. Não é só o regimento, você tem que preparar todo o processo da minuta da lei, e tudo, pra ser  
1039 constituído. Se você não fizer isso, não elege. Você pode fazer o indicativo, sair com tudo montado, já com um  
1040 documento para poder ir pra Câmara para aprovar. Então você tem dois momentos: o momento indicativo, já com  
1041 toda proposta, com tudo montado, aprovado pra Câmara, pra aprovação ou você homologar já com o processo já  
1042 passado pela Câmara, mas isso tem que está previsto no próprio regimento da conferência, porque aí é onde você  
1043 regula tudo. Qual é o momento que você vai fazer isso? Então, você tem que ter todo o espaço, porque você tem que  
1044 estabelecer dentro desse processo. Como está estabelecido o processo de eleição para os delegados, você tem que  
1045 estabelecer um processo para o processo da instalação do conselho. Então, tudo isso tem que estar bem montadinho.  
1046 (intervenção fora do microfone). Sim, sim. No espaço previsto do horário, dentro da conferência. A conferência tem  
1047 que está previsto o horário, porque senão, como é que eu vou chegar ao plenário e dizer: agora eu vou discutir  
1048 conselho, se não está dentro do regulamento prever regimento do regulamento da conferência prevista. **SR.**  
1049 **LEONARDO PALMEIRA:** Outra dificuldade que aparece no momento quando surge: ah! Vamos chegou a 6ª  
1050 conferência da cidade. Porque que muitos municípios sentem dificuldades de realizar suas conferências? Porque não  
1051 tem o conselho constituído. Se tivesse já o conselho constituído, seria um processo muito mais fácil, as discussões  
1052 seriam uso habitual daquele município, então o processo de realização seria muito mais prático e muito mais fácil.  
1053 Então, os municípios que ainda não tem, lembrando isso que a Bartéria falou, tem que fazer a minuta também do  
1054 Projeto de Lei, se vai ser decreto do prefeito, se vai ser lei da Câmara de Vereadores, mas o ideal é que seja eleito na  
1055 conferência. O conselho do nacional, ele é eleito na conferência nacional das cidades. Tem o espaço lá para a discussão



# Governo do Estado do Ceará

Secretaria das Cidades

1056 das propostas, não sei o que, mas está previsto: vai ser feita a eleição do sexto mandato do Conselho Nacional das  
1057 Cidades, e aí cada segmento faz a eleição das suas entidades. Eu queria agora, apresentar um vídeo que foi utilizado na  
1058 última conferência. Para essa conferência agora, está sendo sinalizada uma campanha que também vai ser elaborado  
1059 um vídeo para a 5ª conferência, que vai ser disponibilizado no site da 5ª conferência, pra quem tiver interesse de baixar,  
1060 pra fazer a divulgação, mas esse vídeo que eu vou apresentar aqui, para os municípios menores que pegaram esse  
1061 temário da conferência: Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, ele pode dar uma introdução. É um vídeo  
1062 para a pessoa se situar sobre o assunto. Ah! o Sistema Nacional de Desenvolvimento, o que é que fala? Esse vídeo, ele  
1063 fala um pouco sobre isso, sobre o sistema nacional. (Execução do vídeo). Até essa parte do texto é que fala do sistema  
1064 e da reforma urbana, o restante fala mais da questão política. Eu trouxe algumas cópias do DVD com o vídeo, eu vou  
1065 deixar com o Francisco Lopes (Kico). E aí quem tiver interesse, pode procurar o Kico, porque aí é só fazer a cópia do  
1066 DVD. (Intervenção fora do microfone) Vai ser lançado outro agora, para essa conferência. A gente pede pra quem for  
1067 usar o vídeo, lembrar de avisar o pessoal, que esse vídeo, ele está baseado nas informações do censo de 2000 do IBGE,  
1068 ele ainda não está atualizado com o último censo de 2010, porque esse vídeo foi pra 4ª conferência. Então tem  
1069 algumas informações nele que estão desatualizadas, mas o conteúdo dele é muito bom pra ser utilizado em  
1070 conferências municipais, que vão tratar do sistema. Então gente, eu queria agradecer em nome do Ministério, da  
1071 Secretaria das Cidades aqui do Ceará. Agradecer a presença das senhoras e dos senhores, e parabenizar também pela  
1072 grande mobilização que está sendo feita no Estado, pela participação e pela atuação dos senhores nas conferências  
1073 pelo Interior do Estado. E colocar o Ministério das Cidades à disposição, tem o site do Ministério, o portal da  
1074 conferência para quem tiver alguma dúvida. Tem o e-mail do Conselho das Cidades que é  
1075 [conciudades@ciudades.ce.gov.br](mailto:conciudades@ciudades.ce.gov.br) pra quem tiver alguma dúvida ou um caso mais específico, que quiser encaminhar, a  
1076 gente responde de pronto. As dúvidas que não puderem ser respondidas de pronto, que precisarem passar por alguma  
1077 comissão da conferência, a gente encaminha para a comissão, e assim que tiver uma resposta, a gente dá um retorno.  
1078 Então, desejar sucesso para o Estado do Ceará na realização da sua conferência estadual e das suas conferências  
1079 municipais. E estamos à disposição lá em Brasília para o que for necessário. Vou passar a palavra para a Bartúria.  
1080 (aplausos). **SRA. BARTÚRIA LIMA DA COSTA:** Em nome da comissão organizadora da 5ª conferência na  
1081 executiva, também nós queremos agradecer pela oportunidade que o Estado ofereceu na nossa vinda. E dizer que foi  
1082 um prazer estar com vocês, e dizer que foi muito importante esse debate que nós fizemos aqui. Espero que vocês  
1083 tenham sucesso e seja bem exitosa a conferência estadual, porque eu tenho certeza que as conferências municipais vão  
1084 ser pela mobilização e pelo processo que está sendo dado aqui. Com certeza e clareza que a gente tem, observando o  
1085 que já foi colocado por vocês é que realmente vai ser um processo bastante positivo. E com certeza também os  
1086 municípios vão sair com os seus conselhos já montados, já encaminhados para um processo já de homologação. Eu  
1087 tenho certeza que vai ser um saldo qualitativo, com certeza no Estado. E dizer também que nós, as comissões lá da 5ª  
1088 conferência está à disposição para qualquer dúvida ou qualquer esclarecimento. Eu quero dizer que esse é um processo  
1089 de aprendizado, isso não é um processo determinado, tudo já pronto e coisa, porque cada conferência a gente vai  
1090 aprendendo com as falhas de uma pra outra, pra ir melhorando, pra ir ajustando, e quem sabe chegar já no patamar  
1091 que é o SUS, no patamar que é a LOAS, que já tem bastante anos de batalha na frente, mas o conselho das cidades é  
1092 novinho, nós temos só seis anos. Você imagina numa complexidade que é, você imagina as melindres de lidar com  
1093 todos esses atores que são importantes da sociedade civil, do governo, dos empresários, das ONGs, dos sindicatos,  
1094 que tem sido parceiros. Eu também quero dizer que vocês pensem no conselho, pensem nesse processo, pensando  
1095 quanto conselheira e também do que a gente tem de aprendizado. É dizer que é importante saber o momento certo  
1096 para cada coisa, como é que a gente avança, como é que a gente também recua, como é que a gente às vezes pactua,  
1097 não pactua. Isso é importante. Olha! Esse conselho das cidades é o maior aprendizado que a gente tem na questão da  
1098 participação em democracia, de concepção e também de entender como é que as diferenças, elas têm que ser olhadas  
1099 com todo carinho, com várias lupas e em algum momento também ser muito dura e ser bastante firmes. Muito  
1100 obrigada! Parabéns a todos. Muito obrigada e desculpa qualquer coisa, se a gente não atendeu as necessidades, as  
1101 expectativas de vocês. Muito obrigada! Nós estamos à disposição para qualquer coisa. (Aplausos). **SR. FRANCISCO  
1102 DAS CHAGAS LOPES DA SILVA:** Bom, em nome do secretário, nós queríamos agradecer a presença de vocês; do  
1103 Leonardo e da Bartúria. E também avisar para vocês que nós estamos com uma reunião da comissão organizadora na  
1104 segunda-feira. Obrigado a todos!

  
**Mário Fracalossi Júnior**  
Secretário Adjunto das Cidades  
Vice Presidente do ConCidades